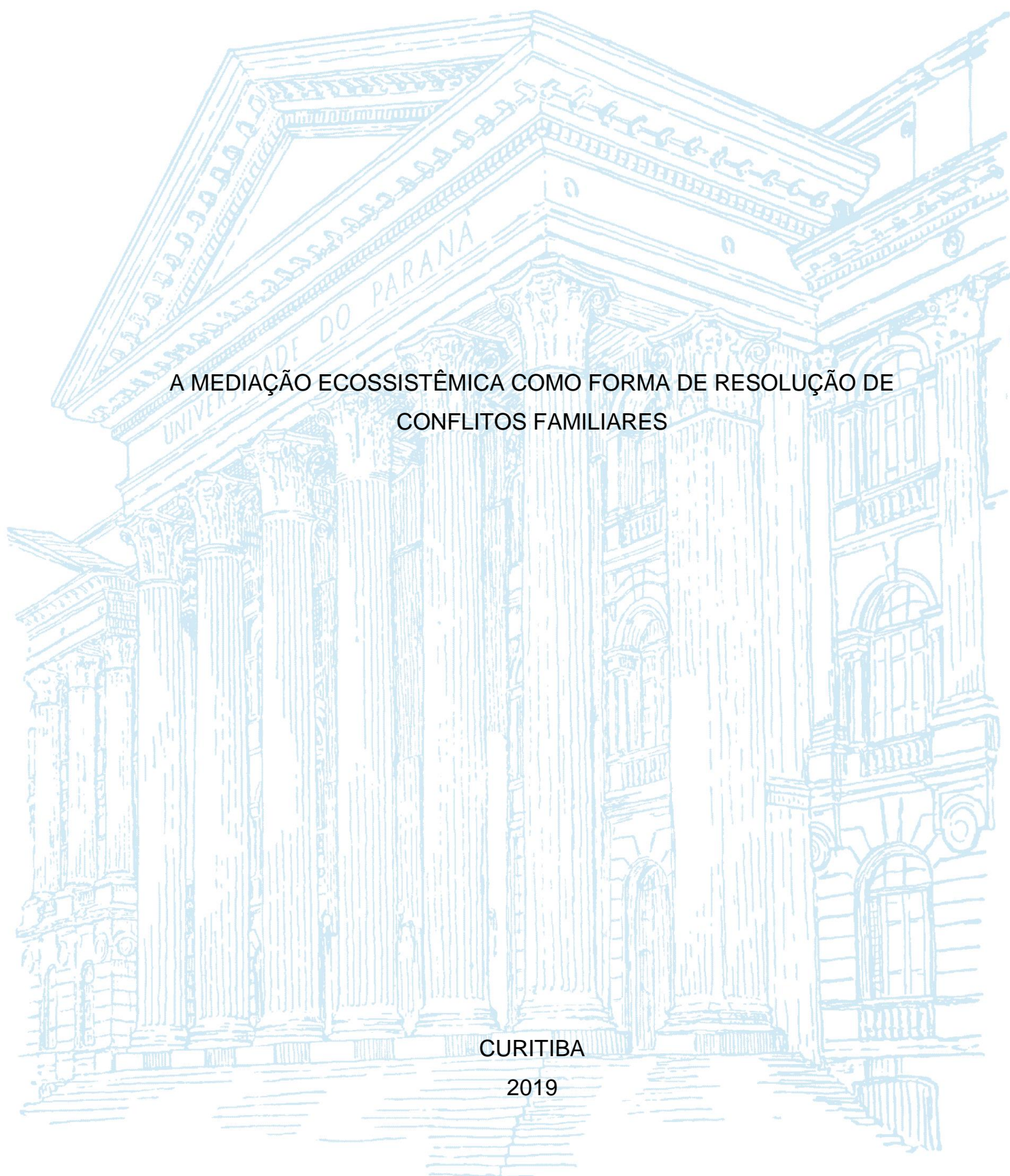


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
JULIA EMANUELE FERREIRA

A MEDIAÇÃO ECOSISTÊMICA COMO FORMA DE RESOLUÇÃO DE
CONFLITOS FAMILIARES

CURITIBA
2019



JULIA EMANUELE FERREIRA

A MEDIAÇÃO ECOSSISTÊMICA COMO FORMA DE RESOLUÇÃO DE
CONFLITOS FAMILIARES

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientadora: Prof(a). Dra. Maria Cândida Pires Vieira do Amaral Kroetz

CURITIBA

2019

*A Deus e a Nossa Senhora do Carmo, meu refúgio
e fortaleza. Aos meus pais, Rosi e Orlando, pelo
amor incondicional que a mim dedicam.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, aquele que primeiro me amou e me abençoa todos os dias, permitindo viver a vida conforme seus propósitos. Agradeço também a minha mãe, Nossa Senhora do Carmo, que com suas infinitas bençãos me permitiu chegar até aqui.

Aos meus pais, Rosi e Orlando, minha eterna gratidão pelo amor incondicional que a mim dedicam, fazendo dos meus sonhos os seus, e por vezes renunciando inúmeras coisas para que eu pudesse ir mais longe. Sem vocês nada disso seria possível, essa conquista é de vocês. Serei para sempre grata por tudo o que fazem por mim!

Em especial, a minha mãe Rosi, que tanto dedica sua vida a mim desde que soube que eu estava sendo gerada em seu ventre. Tenha certeza que você é meu exemplo de mulher, mãe e em quem eu me inspiro todos os dias!

Ao meu irmão, Pedro Henrique, obrigada por ser luz em minha vida.

Ao meu amor e melhor amigo Marco Felipe, ter você em minha vida torna tudo mais leve e feliz. Obrigada por estar ao meu lado nos momentos mais difíceis e compartilhar das inúmeras alegrias vividas até aqui. Você faz parte desse sonho que está se realizando, sou muito feliz por ter você ao meu lado!

A minha prima irmã, Stella Beatriz, palavras não seriam suficientes para expressar o meu amor e gratidão por nossa amizade, obrigada por tudo que você significa em minha vida.

A Laysa, minha melhor amiga, obrigada por todo apoio, amor e amizade. Ainda que distantes fisicamente, sei que sempre posso contar com você!

Ao Dr. André Carias de Araújo, que me deu a oportunidade de conhecer a mediação e que com seu exemplo de liderança e humanidade, me inspirou a ser uma profissional melhor.

A minha orientadora, Dra. Maria Cândida, muito obrigada pelo apoio e ensinamentos que me permitiram evoluir.

E a aos meus familiares e amigos, que de alguma maneira participaram dessa jornada até aqui, sou grata por tudo que vocês representam para mim!

“Quando a comunicação acontece, há uma transformação do conflito, positivamente, pois suas potencialidades transformam-se em força motriz para a renovação. Trata-se do alcance da liberdade perdida”. (Águida Arruda Barbosa)

RESUMO

A Constituição Federal da República prevê em seu artigo 5º, inciso XXXV, o princípio do acesso à justiça, o qual deve ser viabilizado de diferentes formas pelo Estado, que deverá promover meios adequados de resolução de conflito. Assim, o que se propõe para a garantia do princípio constitucional de acesso à justiça, é a implementação de Políticas Públicas que promovam o adequado tratamento de conflitos, com vistas à promoção de meios autocompositivos. Dentre eles está a mediação, a qual é uma das maneiras que se prestam a resolver litígios, inclusive as disputas familiares, as quais precisam de especial atenção, haja vista suas peculiaridades. Desta forma, a mediação trata-se de um meio que permite atender tais conflitos. Assim, a partir deste meio autocompositivo, surgem diferentes modelos teóricos que se prestam a apresentar técnicas e ferramentas para o tratamento de controvérsias. Neste sentido o presente trabalho se propôs a apresentar estes modelos teóricos, bem como expor a mediação ecossistêmica, a qual entendeu-se como o modelo adequado para a resolução de conflitos familiares.

Palavras-chave: Acesso à Justiça. Meios de Resolução de Conflitos. Conflitos Familiares, Mediação, Modelos teóricos de mediação.

ABSTRACT

The Federal Constitution of the Republic provides in its article 5, item XXXV, the principle of access to justice, which must be made possible in different ways by the State, which should promote adequate means of conflict resolution. Thus, what is proposed to guarantee the constitutional principle of access to justice is the implementation of Public Policies that promote the adequate treatment of conflicts, with a view to the promotion of self-compositive means. These include mediation, which is one of the ways in which disputes are resolved, including family disputes, which need special attention given their peculiarities. Thus, mediation is a means to address such conflicts. Thus, from this self-compositive medium, different theoretical models emerge that lend themselves to presenting techniques and tools for the treatment of controversies. In this sense the present work proposed to present these theoretical models, as well as to expose the ecosystem mediation, which was understood as the appropriate model for the resolution of family conflicts

Keywords: Access to justice. Conflict resolution. Family conflicts, Mediation, Theoretical modelos os mediation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 ADEQUADA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	13
1.1 ARBITRAGEM	21
1.2 CONCILIAÇÃO	23
1.3 MEDIAÇÃO.....	26
2 MEDIAÇÃO COMO FORMA ADEQUADA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS FAMILIARES.....	31
2.1 MEDIAÇÃO ESTRUTURADA (MEDIAÇÃO DE HARVARD)	35
2.2 MEDIAÇÃO TRANSFORMATIVA	38
2.3 MEDIAÇÃO CIRCULAR-NARRATIVA.....	40
3 MEDIAÇÃO ECOSSISTÊMICA.....	43
4 A MEDIAÇÃO FAMILIAR E A EXPERIÊNCIA DO NÚCLEO DE CONCILIAÇÃO DAS VARAS DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CURITIBA	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS.....	53

INTRODUÇÃO

A família, compreendida sob todas as suas transformações e evoluções, é a base da sociedade e a ela é conferida proteção especial do Estado nos termos da Constituição Federal Brasileira de 1988. Assim, é dela que provém grande parte das relações constituídas pelos indivíduos ao longo de suas vidas, as quais são permeadas por sentimentos e necessidades.

Nesta perspectiva, uma das funções indissociáveis do conceito de família é o desenvolvimento dos membros que a formam, não só dos filhos, como todos aqueles unidos pelos laços afetivos construídos. (GROENINGA, 2011, p. 32).

Desta forma, compreendendo a família como seio de relações intersubjetivas, é comum que dela também advenham conflitos, os quais podem ser percebidos como fruto natural das interações humanas. Assim, se visto à luz da condição humana, o conflito pode ser enfrentado como manifestação que demonstra a necessidade de transformação (BARBOSA, 2015, p. 37).

Apesar disso, os conflitos costumam ser vistos de forma negativa pelos indivíduos, resultando na dificuldade de solucioná-los de forma autônoma, confiando-os, por consequência, a um terceiro.

Assim, os conflitos familiares tendem a ser delegados ao Poder Judiciário, conforme demonstra o Relatório “Justiça em Números” do ano de 2018 (CNJ, 2019, p. 207), ao apontar que dentre os litígios levados à Justiça Estadual, as demandas familiares – especialmente a ação de alimentos -, correspondem à segunda categoria mais proposta no ano de 2018.

Neste sentido, exemplo de uma das situações bastante presente nas disputas familiares ocorre quando do fim de um relacionamento, no qual, apesar da ruptura conjugal ainda faz-se necessária a manutenção do vínculo parental em função dos filhos provenientes da relação.

Sob tal contexto, a questão que se coloca é que tradicionalmente os conflitos familiares vêm sendo tratados pela via heterocompositiva e jurisdicional, o que não

parece ser o meio mais adequado de tratamento de disputas familiares, haja vista que em muitos casos a decisão judicial não permite uma real resolução, tendo em vista as particularidades subjetivas envolvidas, bem como a característica de serem relações continuadas. (ARAÚJO, 2018, p. 2)

Ademais, as decisões judiciais trazem em si a concepção de um sistema “ganha-perde”, o qual pode prejudicar as relações, haja vista que em função dos laços familiares, as relações permanecerão após o fim do processo.

Neste sentido, compreende-se a necessidade de que o Poder Judiciário forneça várias formas de tratamento de conflitos, bem como que o ordenamento jurídico brasileiro possibilite a utilização de diferentes meios de resolução de controvérsias, pensando sempre na adequação entre as peculiaridades do conflito e uma forma adequada de tratá-lo.

Tal perspectiva coaduna com o que prevê o art. 5º, inciso XXXV da Constituição Federal, uma vez que por meio da promoção de diferentes vias de tratamento de conflitos, permite-se o acesso à justiça, conforme pondera Kazuo Watanabe ([2011, não p.]). Assim, instrumentos como a mediação, a conciliação e a arbitragem tendem a ser mecanismos que possibilitam estes resultados.

No judiciário Brasileiro, este contexto passou a ganhar atenção especial nos últimos anos, principalmente a partir da Resolução 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça, que apontou a necessidade da implementação de uma Política Judiciária Nacional de tratamento adequado de Conflitos. Ademais, com Código de Processo Civil de 2015 as resoluções autocompositivas ganharam importância essencial, especialmente nas ações de família, em que os esforços para a autocomposição são ainda mais enfatizados, conforme preconiza o art. 694 da referida lei.

Além destas, legislações como a Lei de Mediação, 13.140/2015, e a Lei de Arbitragem também possibilitam a adesão dos cidadãos a outros meios de tratamento de conflitos.

A partir destas questões, o presente trabalho propõe-se a expor o panorama acerca da resolução de conflitos como forma de acesso à justiça apresentando três

diferentes formas de tratamento, quais sejam, a arbitragem, a mediação e a conciliação, especialmente no contexto brasileiro, com ênfase na mediação .

Desta forma, o estudo investigará o contexto dos conflitos familiares e se as decisões heterocompositivas são as mais adequadas para a resolução destes litígios.

Ademais, serão apresentadas como as formas de resolução consensual, especialmente a mediação, podem servir aos conflitos de família, haja vista que este método se propõe a ser instrumento para promover a comunicação entre as partes, a fim de que elas próprias possam tomar decisões.

Em seguida, a análise será voltada a compreensão dos diferentes modelos teóricos de mediação, de forma a elucidar as técnicas presentes em cada uma destas.

Dentro disto, a exposição será focada em três modelos, quais sejam elas: a mediação estruturada (ou também conhecida como mediação de Harvard), a mediação transformativa e a mediação circular-narrativa.

Após, passada a descrição dos diferentes modelos e suas técnicas utilizadas, o presente estudo propõe-se a apresentar um quarto modelo teórico, qual seja, a mediação ecossistêmica, desenvolvida por Lisa Parkinson, tendo como pesquisa fundamental a hipótese de que este trata-se de um modelo adequado à mediação familiar.

Por fim, o trabalho apresentará dados relativos ao Núcleo de Conciliação das Varas de Famílias e Sucessões de Curitiba, como forma de investigar a efetividade da mediação nas demandas familiares.

Ainda, faz-se essencial ponderar a relevância da pesquisa dentro deste tema diante da necessidade em compreender como os conflitos podem ser resolvidos de maneira adequada, considerando a complexidade de cada litígio, bem como levando em conta suas peculiaridades e as partes nele envolvidas. Tal questão torna-se especialmente relevante quando se trata de questões familiares, nas quais a decisão judicial pode, em muitas vezes, aumentar o litígio ao invés de solucioná-lo, ocasionando assim a perpetuação do conflito.

Diante disto, a presente pesquisa propõe-se a expor tais questões a partir das pesquisas realizadas bem como dar luz especialmente à mediação como forma de resolução dos conflitos familiares, trazendo como hipótese a perspectiva de que esta trata-se do método mais adequado na resolução de conflitos envolvendo famílias.

1 ADEQUADA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Os conflitos fazem parte da trajetória da humanidade, e estão frequentemente presentes nas relações interpessoais, tendo em vista que decorrem do dissenso entre ideias, posicionamentos, interesses, e expectativas entre os sujeitos. Apesar disso, embora intrínseco à condição humana, o conflito não tende a ser um fenômeno visto com naturalidade, fazendo com que em um impasse os sujeitos tratem-se como inimigos, impedindo a busca por soluções comuns. (VASCONCELOS, 2018, p. 1).

Inerente à compreensão de conflito, é trazido à luz o litígio, ou lide, a qual Carnellutti (1944, citado por TARTUCE; 2018), imputou significado como sendo “o conflito de interesses qualificado por uma pretensão resistida”. Neste sentido, Tartuce (2018, p. 3), pondera que tal expressão é comumente utilizada para descrever situações em que conflitos são levados à apreciação do Estado-juiz.

O conflito, por sua vez, pode ser compreendido de forma mais ampla, sendo este inerente às relações humanas, ocorrendo quando há dissensos acerca de perspectivas diferentes. Sobre esta compreensão, Bush e Folger (2008, p. 9, tradução nossa) entendem o conflito como sendo “uma crise na interação humana”.

Tartuce (2018, p. 3), ao buscar a distinção entre conflito e disputa, compreende que “o conflito expressa a crise vivenciada em sentido amplo, enquanto disputa remete a uma unidade controvertida”.

A partir destas compreensões, nota-se que os conflitos ocorrem na medida em que os indivíduos são plurais e exercem a sua subjetividade por meio de sentimentos e posicionamentos, fazendo-se relevante ponderar que, neste sentido, o conflito não pode ser eliminado da vivência humana.

Desta forma, os conflitos precisam ser enfrentados em sua inevitabilidade e compreendidos positivamente a partir da possibilidade de transformação como consequência do modo pelo qual lida-se com eles. (VASCONCELOS, 2018, p. 1) Assim, o que pode ser solucionado são questões pontuais, negociáveis por meio da comunicação.

Neste pensar, o conflito permite a motivação para a busca de soluções criativas e a investigação de questões mais profundas que oportunizem mudanças, o

que pode ser aplicável a qualquer relação intersubjetiva, mas que o presente trabalho se propõe a trazer à luz as relações familiares.

Ainda, sobre a evolução na compreensão acerca dos conflitos, o que se tem na atualidade é uma visão que possibilita olhar os dissensos de forma positiva, uma vez que, se bem conduzidos permitem evitar a violência, assim, não se tratando de algo a ser suprimido (Vasconcelos, 2018, p. 5).

Conforme pondera Vasconcelos (2018, p. 5), diferentemente da compreensão passada, o que se tem na atualidade é a perspectiva de que a paz não se trata da ausência de controvérsias, mas sim de “um bem precariamente conquistado por pessoas ou sociedades que aprendem a lidar com o conflito” (VASCONCELOS, 2018, p. 5).

Compreender, assim, a importância deste elemento na vivência humana faz entender a razão de ser esta a indagação do ser humano em busca de solucioná-lo, tal qual pondera Levy (2013, p. 34), “solucionar conflitos de maneira a garantir o bem-estar pessoal e a paz social é desafio inerente à condição humana”.

Apesar disso, faz-se relevante ponderar, em conformidade com Tartuce (2018, p. 5) e Levy (2013, p. 39), que apesar dos efeitos positivos que podem ser apreendidos com os conflitos, é necessário pontuar que lidar com as controvérsias não se trata de algo simples, pois sabe-se que quando não gerenciado de forma correta, esses têm o potencial de gerar grandes prejuízos, haja vista os malefícios que podem ser causados a partir de embates não solucionados corretamente.

Por este ângulo, o conflito é capaz de perturbar a paz social e entende-se que o Direito é uma das áreas que busca estas respostas ao tentar reestabelecer a ordem jurídica, seja por meio da repressão, ou da prevenção. (LEVY, 2013, p. 49).

Assim, passa-se a tentar compreender como os litígios vêm sendo enfrentados pelo ordenamento jurídico, considerando a sociedade atual que em sua complexidade de relações, demanda meios que permitam soluções adequadas.

Neste sentido, faz-se relevante apontar o entendimento de Grinover (2013, p. 1), ao ponderar que por muito tempo prevaleceu a concepção de que o processo jurisdicional, tendo como ápice a sentença, tratava-se da “insuperável conquista da

civilização”, fazendo com que as demais formas de resolução, como as consensuais, fossem consideradas primitivas. Sob a mesma compreensão, Levy (2013, p. 25) pondera acerca de uma nova perspectiva, que prevê a utilização de novos meios de resolução de conflitos:

Há o surgimento de um novo paradigma, que propõe a superação da sentença estatal para a cultura da pacificação de conflitos, por meio da utilização de práticas consensuais privadas ancestrais de resolução de conflitos, que desapontam na atualidade como instrumentos jurídicos que prestigiam a cidadania e o acesso à ordem jurídica justa.

Com efeito, as demandas atuais, bem como a morosidade e inacessibilidade apontam a necessidade em buscar outras vias e métodos para a resolução dos conflitos, demonstrando o que Grinover (2013, p. 2) apontou com uma “crise na justiça”. Ademais, tal crise se dá na medida em que se faz necessário encontrar uma adequação técnica para cada tipo de controvérsia.

Assim, Grinover (2015, p. 1) pondera sobre uma justiça conciliativa, a qual vem sendo proposta na medida em que os meios consensuais como a mediação e a conciliação passam a ser vias para a adequação técnica entre o tipo de conflito e sua resolução, bem como enquadram-se no quadro da política judiciária, a fim de possibilitar outros meios de acesso à justiça. Ao propor o desenvolvimento de uma justiça conciliativa, a autora baseia-se em três fundamentos, são eles: o fundamento funcional, social e político.

Segundo Grinover (2013, p. 1-5), o fundamento funcional tem como premissa o enfrentamento da inacessibilidade e morosidade do Judiciário. Já o fundamento social, consiste na função de pacificação social, na medida em que a autora entende que esta, na maioria dos casos, não é alcançada pela decisão judicial, conforme pondera:

Releva, assim, o fundamento social das vias conciliativas, consistente na sua função de pacificação social. Esta, via de regra, não é alcançada pela sentença, que se limita a ditar, autoritativamente, a regra para o caso concreto, e que, na grande maioria dos casos, não é aceita de bom grado pelo vencido, o qual contra ela costuma insurgir-se com todos os meios na execução; e que, de qualquer modo, se limita a solucionar a parcela de lide levada a juízo, sem a possibilidade de pacificar a lide sociológica (GRINOVER, 2013, p. 3-4).

O fundamento político, por sua vez, consiste na participação popular na administração da justiça, que por meio mediação e conciliação possibilitaria um instrumento de controle por parte dos cidadãos.

Ademais, retoma-se a consideração de que proporcionar diferentes meios de solucionar controvérsias permite a consolidação do princípio constitucional de acesso à justiça, previsto no art. 5º, XXXV da Constituição Federal Brasileira.

Para Watanabe ([2011], p. 3) tal premissa traduz-se em permitir muito além do mero acesso formal aos órgãos judiciários, mas sim garantir uma “ordem jurídica justa”, definindo, desta forma, um acesso qualificado, no qual todos os cidadãos, não somente em caso de conflito de interesses, deveriam receber uma prestação jurídica de qualidade pelo Estado, por meio do Poder Judiciário.

Apesar disso, sabe-se que os contextos envolvendo conflito de interesses são os que mais fazem necessária a atuação do Poder Judiciário, o qual deve promover não somente serviços de ordem adjudicativa, mas também proporcionar meios consensuais, especialmente a mediação e conciliação, para que, nestes termos, o acesso à justiça seja garantido. (WATANABE, [2011], p. 3)

Assim, Watanabe ([2011], p. 5) interpreta o princípio constitucional de acesso à justiça como sendo “não apenas garantia de mero acesso aos órgãos do Poder Judiciário, mas como garantia de acesso à ordem jurídica justa, de forma efetiva, tempestiva e adequada.”

Em conjunto à estas compreensões, está a premissa de que a utilização das formas adequadas de solução de conflitos permite a concretização do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, que se realiza em congruência com o Estado democrático de Direito, conforme Vasconcelos (2018, p. 74):

Consoante o preâmbulo da Constituição da República Federativa do Brasil, o Estado Democrático é destinado a assegurar o exercício dos direitos, numa sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada em harmonia social e comprometida com a solução pacífica das controvérsias. Esse protagonismo, enquanto racionalidade moral procedimental, deve dialeticamente integrar/suplementar/legitimar o sistema autônomo do direito, na perspectiva do atendimento dos direitos humanos que fundamentam a solução de conflitos mediante a restauração de relações intersubjetivas, com vistas à promoção da paz e à dignidade da pessoa humana.

Ademais, diante destas ponderações, faz-se necessário considerar os meios adequados de resolução de conflitos como um avanço fundamental dentro da ciência jurídica, haja vista que a utilização destes mecanismos permite a redução da sobrecarga dos mecanismos judicativos, contribuindo para o empoderamento e a satisfação dos vários protagonistas.

Tal questão é tratado por Cappelletti e Garth (1988, p. 5) que entendem este contexto como um aspecto central para a ciência jurídica moderna:

O acesso à justiça não é apenas um direito social fundamental crescentemente reconhecido; ele é, também necessariamente, o ponto central de moderna processualística. Seu estudo pressupõe um alargamento e aprofundamento dos objetivos e métodos da moderna ciência jurídica.

Nestes termos, conclui-se pela necessidade de que sejam possibilitados aos cidadãos maneiras de solução de conflitos, diferentes da sentença judicial, uma vez que, embora necessária em alguns casos, faz-se relevante compreender que tal resolução não viabiliza uma solução efetiva para todo os tipos de conflitos (DIAS, 2016, p. 112).

Sobre esta compreensão, Levy (2013, p. 32), pondera que para tratar da controvérsia de forma adequada, é necessário compreendê-la sob suas várias nuances e perspectivas, de modo a eleger um meio que satisfaça suas especificidades.

Assim, a partir das percepções do que se entende por conflito, as quais já foram anteriormente apresentadas, bem como da necessidade em adequar maneiras de resolução, passa-se a apresentar tais métodos de resolução, os quais enquadram-se dentro do que se entende por RAD: Resolução Apropriada de Disputas.

De acordo com Azevedo (2016, p. 17), a partir de uma eleição consciente se faz possível utilizar de um procedimento apropriado dirimir conflitos, buscando atingir os seguintes objetivos, conforme expõe:

O campo da chamada 'Resolução Apropriada de Disputas' (ou RADs) inclui uma série de métodos capazes de solucionar conflitos. Tais métodos oferecem, de acordo com suas respectivas peculiaridades, opções para se chegar a um consenso, a um entendimento provisório, à paz ou apenas a um

acordo – dependendo do propósito para o qual o processo de resolução de disputas foi concebido ou “desenhado”. (Azevedo, 2016, p. 17).

Sobre a nomenclatura atribuída a este conjunto de métodos, na doutrina e na prática diferentes denominações são utilizadas, sendo estas costumeiramente designados como Resolução Alternativa de Disputas, Meios Alternativos de Solução de Conflitos, ou a chamada Resolução Adequada de Disputas. Para este trabalho, no entanto, o termo a ser utilizado será Adequada Resolução de Conflitos.

Ademais, a utilização da denominação “Adequada Resolução de Conflitos” é concebida na medida em que estes métodos não substituem, necessariamente a decisão judicial, mas podem, inclusive, ser utilizados em conjunto com os processos judiciais, conforme Parkinson (2014, p. 48):

Os processos de resolução de conflitos, incluindo arbitragem, conciliação, leis colaborativas, mediação e negociação são, tradicionalmente, conhecidas como ADR (Alternative Dispute Resolution = forma alternativa de resolução de conflitos). No entanto, preferimos o termo Adequada Resolução de Conflitos, pois tal procedimento pode ser usado em conjunto com processos judiciais, e não como substituto deste.

Neste sentido, de acordo com Azevedo (2016, p. 18), a concepção de um sistema que forneça diferentes formas de solução de conflito teve como um de seus precursores Frank Sander, que denominou este sistema como “Multidoor Courthouse” (Fórum de Múltiplas Portas). Para ele faz-se necessário que o Poder Judiciário ofereça aos cidadãos métodos diversos, diferentes do processo judicial, com base no fundamento de que cada procedimento tem suas vantagens e desvantagens diante do caso concreto, de acordo com o Azevedo (2016, p. 18):

A institucionalização desses instrumentos-ou seja, a inserção desses métodos na administração pública, em especial, no Poder Judiciário - iniciou-se, no final da década de 1970, nos Estados Unidos, em razão de uma proposta do professor Frank Sander denominada Multidoor Courthouse (Fórum de Múltiplas Portas). Esta organização judiciária, proposta pelo Fórum de Múltiplas Portas (FMP), compõe-se de uma visão do Poder Judiciário como um centro de resolução de disputas, proporcionando a escolha de diferentes processos para cada caso, baseando-se na premissa de que existem vantagens e desvantagens em cada procedimento que devem ser consideradas em função das características específicas de cada conflito.

Dentre alguns dos métodos caracterizados pelas ADRs (*Alternative Dispute Resolution*) estão a mediação, a conciliação e a arbitragem sendo que cada um destes traz suas peculiaridades, mas todos são concebidos e utilizados a fim de adequar o

caso prático à uma forma de solução coerente. Além disto, a utilização destas formas de solução pressupõe uma escolha consciente de um método de resolução, a considerar as particularidades do caso concreto.

Ademais, faz-se necessário ponderar que as ADRs são compostas por métodos autocompositivos e heterocompositivos. Por heterocomposição entende-se as modalidades de resolução de conflitos em que um terceiro tem poder decisório, enquanto às partes é possibilitado o direito de persuasão por meio de provas. Por outro lado, a autocomposição é a forma de resolução de litígios em que as partes têm autonomia para decidir, auxiliadas por um terceiro, que não tem poder decisório, mas atua na função de facilitador do diálogo (GRINOVER, 2015, p. 1).

Exemplo de heterocomposição é a arbitragem, na qual a resolução do litígio se dá por meio de uma jurisdição privada, eleita por meio da autonomia privada das partes, que por intermédio de uma cláusula compromissória decidem escolher a arbitragem como forma de solucionar o litígio. A autocomposição, por sua vez, tem como meios a conciliação e a mediação. Expõe-se, no entanto que ambas as formas de resolução serão tratadas mais detalhadamente nos próximos pontos deste trabalho.

Ademais, quanto a forma como as questões expostas até agora são concebidas pelo ordenamento jurídico brasileiro, faz-se relevante apontar a Resolução 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça.

Tal Resolução foi desenvolvida com base na proposta do professor Kazuo Watanabe, a partir de seus estudos sobre o que ele ponderou como “acesso à ordem jurídica justa”, sendo um dos objetivos desta resolução a uniformização das práticas que permitem a autocomposição no Brasil. (HENRINGER, 2012, p.28)

Assim, a Resolução 125 preconizou as práticas autocompositivas, motivando a implementação de uma Política Judiciária de tratamento adequado dos conflitos. Neste sentido, Vasconcelos (2018, p. 79), entende que tal resolução permitiu que a concepção de que “o Poder Judiciário não é mais um local apenas para o julgamento, mas para encaminhamentos vários e para o tratamento adequado de conflitos”.

Desta forma, a Resolução 125 do CNJ propôs a difusão dos métodos adequados de solução de conflito, especialmente dos meios consensuais como a mediação e a conciliação, como forma de consolidar uma política pública que incentive as decisões consensuais. Ademais, tal resolução aponta a mediação e a conciliação como “instrumentos efetivos de pacificação social, solução e prevenção de litígios” (CNJ, 2010).

O Código de Processo Civil de 2015, por sua vez também traz como um de seus princípios norteadores a autocomposição, prevendo em seu art. 3º, §2º que sempre que possível o Estado promoverá a solução consensual de conflitos, bem como preconiza em seu art. 3º, que tal forma de solução deverá ser estimulada por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial. Ademais, quanto à arbitragem, o mesmo art. 3º, § 1º prevê a sua admissibilidade, desde que dentro dos limites legais.

Neste sentido, o Código de Processo Civil de 2015 também trouxe como premissa basilar a inafastabilidade da jurisdição, o que para Câmara (2018, p. 5) traz em si coerência com o incentivo à autocomposição, na medida em que estes métodos são instrumentos para a realização do acesso universal ao Poder Judiciário, princípio este também previsto no art. 5º, XXXV, da Constituição Federal Brasileira.

Ainda, o Código de Processo Civil pontuou a distinção entre a conciliação e a mediação, a qual será tratada nos próximos pontos desse trabalho, bem como trouxe a obrigatoriedade da realização da audiência de mediação ou conciliação logo no início do processo, a qual não ocorrerá somente se ambas as partes decidirem pela sua não ocorrência, ou quando couber autocomposição, cabendo multa em caso de não comparecimento injustificado, conforme se lê:

Art. 334. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência. § 4º A audiência não será realizada: I - se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual; II - quando não se admitir a autocomposição.

Ademais, o Código de Processo Civil de 2015 preconizou a relevância das soluções consensuais nas ações de família, dispondo que nestes casos, todos os esforços serão empreendidos para a realização da autocomposição, prevendo ainda

a possibilidade de suspensão do processo para a realização de mediações extrajudiciais ou atendimento multidisciplinar, conforme dispõe o art. 694:

Art. 694. Nas ações de família, todos os esforços serão empreendidos para a solução consensual da controvérsia, devendo o juiz dispor do auxílio de profissionais de outras áreas de conhecimento para a mediação e conciliação. Parágrafo único. A requerimento das partes, o juiz pode determinar a suspensão do processo enquanto os litigantes se submetem a mediação extrajudicial ou a atendimento multidisciplinar.

Ainda, o ordenamento jurídico brasileiro conta com as legislações 13.140/2015 e 9.307/1996 (modificada pela lei 13.129/2015), as quais regulam, respectivamente, a mediação e a arbitragem no Brasil. Assim, tendo em vista os aspectos já pontuados acerca das modalidades adequadas de solução de conflito, a seguir passarão a serem tratados três destes métodos, quais sejam, a arbitragem, a conciliação e a mediação. Pondera-se ainda que o presente trabalho tem como foco os meios autocompositivos, mas que de forma expositiva também abarcará a heterocomposição por meio do tópico a respeito da arbitragem, conforme se verá em seguida.

1.1 ARBITRAGEM

A arbitragem é uma das formas de resolução de conflito e encontra algumas semelhanças com a adjudicação estatal, tendo em vista que a decisão final do conflito é dada por um terceiro, tratando-se assim de uma heterocomposição.

Tal modalidade tem suas peculiaridades, uma vez que se trata de um instituto de natureza contratual e jurisdicional, conforme Vasconcelos (2018, p. 53):

Pelo contrato as pessoas optam por se vincular a uma jurisdição privada, sujeita, no entanto, a princípios de ordem pública, como os da independência, da imparcialidade, do “livre” convencimento árbitro, do contraditório e da igualdade. Assim, a arbitragem pressupõe a livre opção das partes (autonomia da vontade) por meio de uma convenção de arbitragem - cláusula contratual denominada “compromissória”, firmado quando já há conflito entre as partes, de comum acordo decidem solucioná-lo por intermédio de arbitragem.

Além disso, dentro do procedimento arbitral, as partes elegem o árbitro, de acordo com sua especialidade, a qual deve estar em conformidade com as necessidades apresentadas pelo caso concreto.

No Brasil, a arbitragem é regulada pela lei 9.307/1996, bem como pelas devidas modificações da lei 13.129/2015, que determina os limites para a aplicação desta modalidade, bem como as regras para o estabelecimento da convenção de arbitragem. Assim, a partir da convenção de arbitragem o poder jurisdicional para apreciar a matéria passa a ser do árbitro, após a aceitação deste pelas partes.

Quanto às matérias que podem ser tratadas por meio da arbitragem, a lei de arbitragem, nº 9.307/1996 determina: “Art. 1º As pessoas capazes de contratar poderão valer-se da arbitragem para dirimir litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis.”

Neste sentido, Scavone (2018, p.15) aponta que direitos não patrimoniais seriam aqueles que têm conexão com os direitos da personalidade bem como quanto ao estado das pessoas, como exemplo, o poder familiar e a filiação. Com relação a conceituação de direitos patrimoniais, Scavone (2018, p. 15) pondera que se tratam de “relações jurídicas de direito obrigacional, ou seja, aquelas que encontram suas origens nos contratos, nos atos ilícitos e nas declarações unilaterais de vontade”, enquanto a disponibilidade estaria ligada à possibilidade de transação sobre determinados direitos.

Assim, somente conflitos envolvendo questões patrimoniais disponíveis podem ser objeto da arbitragem. Scavone (2018, p. 17) pondera neste sentido:

Questões que não envolverem direito que admita transação (patrimoniais disponíveis) não são passíveis de arbitragem, e entre esses direitos, podemos mencionar questões penais, aquelas referentes ao estado das pessoas, matéria tributária e direitos pessoais concernentes ao direito de família

No que se refere às vantagens trazidas por esta modalidade, duas delas são as que mais são levadas em consideração por aqueles que dela utilizam, qual seja: o sigilo e a celeridade. Sobre isso discorre Azevedo (2016, p. 24):

A arbitragem é conhecida por ser mais sigilosa e célere que o processo judicial na maior parte dos casos. A menos que estejam limitadas por regras acordadas anteriormente, as partes e seus advogados podem controlar o processo e utilizá-lo drasticamente, reduzindo custos e tempo.

Além disto, a autonomia conferida por este procedimento é outro diferencial que leva muitas pessoas a escolhê-lo para a resolução de controvérsias, uma vez que são as partes quem decidem as diretrizes a serem seguidas, diferentemente do processo judicial. Sobre esta característica, trata ainda Azevedo (2016, p. 24):

Antes de iniciada a arbitragem, as partes têm controle sobre o procedimento na medida em que podem escolher o(s) árbitros e as regras procedimentais da preparação à decisão arbitral. Havendo consenso entre as partes quanto ao procedimento, a liberdade de escolha estende-se inclusive ao direito e a possibilidade de julgamento por equidade pelo árbitro.

Ainda, Scavone (2018, p. 6) aponta a especialização, a rapidez, a informalidade e a confidencialidade como benefícios da arbitragem. Ademais, outra característica ponderada pelo autor trata-se da irrecorribilidade, tendo em vista que das sentenças arbitrais não são cabíveis recursos, sendo, assim, compatíveis com a sentença transitada em julgado, o que torna-se vantajoso na medida em que permite maior celeridade ao procedimento, diferentemente das sentenças judiciais.

Desta forma, conclui-se que a arbitragem traz vantagens importantes e pode servir aos conflitos patrimoniais disponíveis, sendo um dos métodos possíveis dentro da chamada ADR (Adequada Resolução de Conflitos).

Entretanto, apesar de sua utilidade em diversos formatos de conflitos, ainda não há unanimidade quanto à possibilidade de utilização desta modalidade para os conflitos familiares. Assim, em seguida, passará a tratar-se das modalidades autocompositivas de resolução de conflitos.

1.2 CONCILIAÇÃO

A conciliação é o método pelo qual um terceiro imparcial e neutro auxilia as partes a buscarem soluções para o litígio, de forma a contribuir para que estes encontrem uma resolução que possibilite a realização do acordo.

Scavone (2018, p. 306), entende que a atividade do conciliador importa na tentativa de solucionar o conflito, sendo facultado a este a possibilidade de sugerir soluções, sem que, no entanto, possa impor tal sugestão de forma compulsória, podendo apenas acatar as ponderações das partes para a resolução.

O Código de Processo Civil de 2015, por sua vez, deu grande destaque aos métodos autocompositivos, especialmente à conciliação e a mediação, quando trouxe

em suas normas fundamentais que é dever de todos os membros do poder judiciário estimular os métodos autocompositivos, conforme se lê:

Art. 1º, § 3º A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial.

Ademais, a mesma legislação estabelece a obrigatoriedade da designação da audiência de conciliação ou mediação, quando em seu art. 334, §2º, incisos I e II determina que tal audiência somente não ocorrerá na hipótese em que ambas as partes demonstrarem expressamente o desinteresse, ou situações em que não se admita a autocomposição.

Quanto ao procedimento da conciliação, há algumas características que a diferenciam da mediação. Segundo o Código de Processo Civil de 2015, o conciliador deve atuar preferencialmente nos litígios em que as partes não tenham vínculo anterior, conforme o seguinte dispositivo:

Art 165, § 2º O conciliador, que atuará preferencialmente nos casos em que não houver vínculo anterior entre as partes, poderá sugerir soluções para o litígio, sendo vedada a utilização de qualquer tipo de constrangimento ou intimidação para que as partes conciliem.

Há entendimentos, como o exposto por Azevedo (2016, p. 23), no entanto, que compreendem esse dispositivo como uma diretiva, ou orientação, não sendo uma regra absoluta.

Além destas, outras características são relevantes para caracterizar a conciliação, sendo uma delas a de que este procedimento é um método autocompositivo voltado ao acordo. Desta forma, o conciliador auxilia na comunicação, podendo realizar sugestões, a fim de que as partes possam chegar a este objetivo.

Em função disso, tal procedimento é muito utilizado dentro do poder judiciário, situação na qual as partes não escolhem quem será o conciliador, mas somente acatam aquele escolhido, desde que este não enquadre-se em uma das hipóteses de impedimento trazidas pelo Código de Processo Civil (art. 167, §5º e 172, CPC).

Acerca das características atinentes à conciliação, faz-se relevante expor a perspectiva de Vasconcelos (2018, p. 182), que entende ser a conciliação um procedimento frequentemente utilizado como complemento ao processo judicial, sendo que este pode ser adotado pelo próprio julgador ou por pessoa autorizada, a servido daquele juízo. Para Grinover (2015, p. 3), a conciliação conceitua-se como uma atividade autocompositiva, na qual o conciliador atua a fim de incentivar e facilitar a autocomposição, uma vez que este possibilita que as partes apresentem suas propostas ou possibilidades de resolução, atuando assim nos aspectos objetivos no conflito, sem aprofundar-se nos interesses e necessidades dos indivíduos envolvidos.

Ademais, autores como Vasconcelos (2018, p. 181), entendem que há uma grande aproximação entre a mediação e a conciliação, compreendendo até mesmo que a conciliação seria uma modalidade de mediação, qual seja, a mediação estruturada. Para Vasconcelos (2018, p. 181), o que há de relevante dentro das duas modalidades de autocomposição é a função do terceiro, que é um facilitador que atua com o objetivo de auxiliar as partes a encontrar entendimento comum:

Na conciliação o conciliador é esse terceiro que medeia, procurando obter o entendimento entre as partes. Portanto, conciliação é mediação. Com efeito, não é o nome que se dá a um instituto o que caracteriza a sua natureza, mas é a sua natureza aquilo que o caracteriza. A natureza da conciliação é a da mediação de conflitos. O conciliador é o terceiro que apoia a negociação entre os mediandos. O que a distingue de outros modelos de mediação não é a sua natureza, mas as suas particularidades, ou algumas das suas particularidades procedimentais.

Há entendimentos, no entanto, que compreendem que a conciliação não pode ser confundida com a mediação, tal qual Barbosa (2015, p. 41), ao ponderar que a mediação é munida de linguagem própria, e, portanto, não seria possível fazer esta aproximação. Neste sentido, esta autora argumenta que um dos objetivos da conciliação é a realização do acordo.

Apesar disso, passada tais considerações, faz-se necessário apontar que apesar das divergências teóricas, estas duas modalidades autocompositivas se aproximam na prática. Assim, faz-se necessário que o terceiro facilitador seja capaz de perceber a necessidade de aplicar as técnicas de mediação ou conciliação, conforme Grinover (2015, p. 1):

Todavia, se assim se podem distinguir teoricamente os dois métodos, na prática muitas vezes eles se confundem e o que poderia aparecer, numa

triagem prévia, mais adequado para a conciliação, acaba sendo mais bem resolvido pela mediação, e vice-versa. De modo que conciliador e mediador devem dar-se conta, no caso concreto, de qual a técnica melhor a ser utilizada e, se possível, convocar o outro especialista para dar seguimento ao processo consensual.

Neste sentido, importante ressaltar que só é possível fazer essa aproximação teórica se inseridas no procedimento de conciliação as características intrínsecas à mediação, especialmente aquelas que possibilitam avaliar as necessidades e interesses presentes no litígio. Apesar disso, conforme já apontado, nas audiências realizadas dentro do judiciário, em que é possível que se realize as duas modalidades, cabe ao terceiro facilitador, perceber qual das modalidades aplicar, levando em consideração as diretrizes do Código de Processo Civil de 2015.

1.3 MEDIAÇÃO

A mediação é o procedimento autocompositivo pelo qual as partes buscam a resolução do litígio, acompanhadas de um terceiro facilitador, que tem a função de auxiliá-las na comunicação, de forma a promover reflexões que possibilitem às partes uma resolução efetiva.

Por resolução efetiva, compreende-se um verdadeiro entendimento entre os mediandos, que permita uma mudança nos padrões de relação entre eles, a fim de tornar o convívio mais harmonioso, haja vista a utilização da mediação para as relações continuadas.

Para Barbosa (2015, p. 55), “a mediação é um instrumento que se vale de técnicas de comunicação, prestando-se com muito eficácia à concretizar o princípio constitucional da proteção à dignidade da pessoa humana e de proteção do Estado”.

No mesmo sentido Levy (2013, p. 322), compreende ser a mediação um meio eficaz de composição entre as partes, que conjuntamente constroem uma solução que melhor atenda às suas necessidades, a partir do auxílio de um terceiro, que exerce sua atividade com ética, perícia e sem o poder de julgar. Tartuce (2016, p. 187), por sua vez, pondera que a mediação ocorre na medida em que um terceiro imparcial promove a facilitação da comunicação, a fim de que as partes possam, a partir da ampliação da percepção da situação controvertida, protagonizar saídas produtivas para que ocorra a resolução.

Neste sentido, a compreensão de Parkinson (2014, p. 192) perpassa sobre a característica fundamental do procedimento de mediação, qual seja, a comunicação:

A essência da mediação é a comunicação. Diferentes meios de comunicação necessitam de atenção especial na mediação. Não podem existir linguagem sem comunicação, nem comunicação sem linguagem. Nossas percepções sobre as outras pessoas e o mundo exterior são determinadas por uma série de filtros que incluem experiências pessoais, crenças e linguagem.

Barbosa (2015, p. 36) trata ainda da mediação como princípio, a qual presta-se a ser instrumento para a realização da dignidade da pessoa humana e proteção do Estado:

A mediação, como princípio, contém carga pedagógica, pois depende de aprendizado de um comportamento, portanto, humano, capaz de estabelecer a comunicação entre pessoas. Ela se concretiza pelo emprego de um conjunto de técnicas de comunicação, adequada para garantir uma escuta qualificada prestando-se, com muita eficácia, a dar vida ao princípio constitucional de proteção à dignidade da pessoa humana e de proteção do Estado.

No atual ordenamento jurídico, a mediação é regulada pela Resolução 125 do Conselho Nacional de Justiça, pela Lei de Mediação, e pelo Código de Processo Civil de 2015, que trazem definições sobre o procedimento. Assim, de acordo com o Código de Processo Civil, a mediação deve ser usada preferencialmente nos litígios em que houver vínculo anterior entre os mediandos, devendo o mediador atuar na facilitação da comunicação entre as partes.

Neste sentido, Tartuce (2018, p. 189) entende que a interpretação acerca deste dispositivo resume-se na ideia de que o papel do mediador é entender os conflitos e interesses presentes no litígio, e por meio do restabelecimento da comunicação entre os mediandos propor que eles mesmos identifiquem soluções possíveis.

Além disso, quanto à normatização da mediação no ordenamento jurídico brasileiro, é possível dizer que se trata de um acontecimento recente, haja vista que apenas dispositivos pontuais e esparsos tratavam sobre o tema.

Assim, como já apontado anteriormente, a Resolução 125 do CNJ preconizou a necessidade de que as resoluções consensuais de conflito passassem a ser trazidas à luz com maior veemência, o que teve como passos importantes o Código de Processo Civil de 2015 e da Lei de Mediação (Lei 13.140/2015).

Quanto às interações entre a Lei de Mediação e o Código de Processo Civil de 2015, faz-se importante pontuar que ambas as legislações trazem em si os princípios que regem a mediação, fazendo com que estas possam ser utilizadas concomitantemente, desde que observados os princípios basilares do procedimento, conforme Tartuce (2018, p. 285):

Por força do diálogo das fontes é viável reconhecer a possibilidade de subsunção concomitante do Novo CPC e da Lei de Mediação; afinal, os dois sistemas normativos dispõem de princípios comuns ao expressar ter como pilares a autonomia da vontade, a imparcialidade, a confidencialidade, a oralidade e a informalidade. Em casos de dúvida quanto à aplicação de normas de um ou outro instrumento normativo, o intérprete deverá conduzir sua conclusão rumo à resposta que mais se coadune com os princípios da mediação. Tal análise será feita oportunamente quando da apreciação de diversas ocorrências normativas e do perfil de sua aplicação prática.

Assim, os seguintes princípios regem o procedimento de mediação: imparcialidade do mediador, isonomia entre as partes, oralidade; informalidade; autonomia da vontade das partes, busca do consenso; confidencialidade e boa-fé.

Ademais, no que se trata especificamente da lei 13.140/2015, esta regula a mediação entre particulares, bem como no âmbito na administração pública.

Importante mencionar que na mediação entre particulares, ou mediação extrajudicial, cabe as partes decidir ou aceitar o mediador que irá conduzir a sessão, podendo ser qualquer pessoa capaz e que seja de confiança de ambas as partes, a qual não se exige que participe de entidade organizadora.

Quanto aos requisitos para a atuação do mediador judicial, no entanto, a lei 13.140/2015 exige formação superior, de no mínimo dois anos, bem como que tenha recebido capacitação em escola de formação de mediadores reconhecida pela ENFAM (Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados), ou pelos tribunais. Ademais, na mediação judicial, não cabe às partes a aceitação ou não do mediador designados.

Pontua-se, no entanto, que o mediador está sujeito ao que determina o art. 5º da referida lei, que expõe aplicar-se aos mediadores as mesmas regras de suspeição e impedimento do juiz, previstas no art. 144 e 145 do Código de Processo Civil.

Assim, a mediação comporta duas formas de realização, quer seja pela via judicial ou extrajudicial. A mediação judicial ocorre no curso do processo judicial, ou mesmo de forma pré-processual, oportunidade na qual as partes podem chegar a um acordo em uma mediação pré-processual realizada nos Centros Judiciários de Resolução de Conflito, levando-o à homologação do juiz coordenador do CEJUSC. Tal disposição é descrita pelo art. 6º, x, bem como pelo art. 8º, §1º da Resolução 125/10 do Conselho Nacional de Justiça.

Sobre a mediação judicial, pondera Tartuce (2017, p. 303):

A mediação será judicial quando efetivada no curso de uma demanda já instaurada, sendo conduzida por mediadores judiciais (previamente cadastrados e habilitados segundo as regras do respectivo Tribunal) designados pelo juiz da causa ou indicados pelos Centros (CEJUSCs). A mediação judicial foi objeto de regramento no CPC/15 e na Lei de Mediação em diversos dispositivos. Há regras praticamente semelhantes que repetem iniciativa inaugurada pela Resolução 125/2010 do CNJ, que no art. 8º estipulou aos Tribunais o dever de criar Centros Judiciários de Solução de Conflitos ("Centros" ou "Cejuscs") para atender aos Juízos, Juizados ou Varas com competência nas áreas cível, fazendárias, previdenciária e de família, assim como aos juizados Especiais Cíveis, Criminais e Fazendários. Tais unidades judiciárias são responsáveis pela realização de sessões consensuais a cargo de conciliadores e mediadores, bem como pelo atendimento, orientação e estímulo aos meios consensuais.

Quanto à mediação extrajudicial, esta ocorre quando realizada por mediadores independentes ou por instituições que se prestam a esta atividade. Neste sentido, Tartuce (2017, p. 303) aponta que quando realizada por alguma instituição, a mediação denomina-se como institucional, enquanto quando realizada por mediador independente é classificada como mediação independente ou ad hoc.

Ademais, para a realização da mediação extrajudicial, é possível que esta ocorra em paralelo com o processo judicial, uma vez que é possível requerer a suspensão do feito para que isto realize-se. Além disto, a mediação extrajudicial conta com benefícios como a redução do tempo na resolução do conflito. (TARTUCE, 2017, p. 299)

Quanto aos acordos firmados em ambas as formas de mediação, o art. 20, parágrafo único, da lei 13.140/2015 prevê que o termo final de mediação, quando ocorrer a celebração do acordo, constituirá título executivo extrajudicial, enquanto na hipótese de sua homologação se dar judicialmente, formar-se-á título executivo judicial.

Relevante apontar, no entanto, que pode ser objeto de mediação os conflitos que versem sobre direitos disponíveis ou direitos indisponíveis que admitam transação. Assim, em caso de realização de acordo sobre direitos indisponíveis, mas passíveis de transação, faz-se necessária a homologação judicial, bem como exige-se a oitiva do Ministério Público, nos termos do art. 3º, §2º da Lei de Mediação.

2 MEDIAÇÃO COMO FORMA ADEQUADA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS FAMILIARES

O presente trabalho propôs-se até aqui a apresentar meios de resolução de conflitos, de forma a demonstrar que a decisão judicial e heterocompositiva é apenas uma das maneiras que se prestam a solucionar controvérsias.

Conforme já tratado, os conflitos fazem parte da condição humana, sendo inerentes também às relações familiares, considerando que a família é ambiente predisposto a sentimentos e emoções dos mais diversos, bem como é composto por sujeitos com diferentes personalidades e necessidades.

Ademais, faz-se relevante apontar que trata-se aqui do conceito de família, compreendendo-a sob todas as suas formas e considerando suas transformações influenciadas pela evolução social, em que o casamento não é mais sua única forma de composição. (SPENGLER, 2011, p. 3)

Assim, a família constitui grande importância na vida dos indivíduos, na medida em que, nos termos da Constituição Federal de 1988, trata-se da base da sociedade, uma vez que “cada ser humano faz parte de uma, que é fortalecida por uma relação de afeição que os une.” (SUTER e CACHAPUZ, 2017, p. 1).

Neste sentir, os conflitos familiares deveriam ser compreendidos como fruto natural das relações que se constroem, mas que, em função da importância que constitui a família para a maioria dos indivíduos, a dificuldade em resolver os conflitos pode abalar a essência destes sujeitos. (NETO, 2010, citado por SUTER e CACHAPUZ, p. 3)

Desta forma, é comum que nos conflitos familiares as pessoas deleguem suas demandas para um terceiro, esperando que este possa trazer a resolução que tanto esperam. Assim, especialmente nos casos de ruptura afetiva, as famílias costumam buscar o Poder Judiciário, para que vejam suas questões solucionadas (NETO, 2010, p. 29).

Nesta perspectiva, Araújo (2018, p. 1) também aponta que tradicionalmente tais litígios são resolvidos pela via judicial, por meio de uma resolução heterocompositiva.

Desta forma, soluciona-se a lide processual por meio da sentença, mas muitas vezes não se dá resposta a lide sociológica.

A partir destas considerações, é necessário compreender como os conflitos familiares podem ser tratados, haja vista suas peculiaridades e a relação continuada intrínseca a este contexto.

Neste sentido, Araújo (2018, p. 2) aponta que as decisões impostas tendem a não ser efetivas neste tipo de relação, especialmente porque não permitem a identificação de necessidades e interesses envolvidas na disputa, de modo a não permitir uma resolução adequada. Na mesma perspectiva, Câmara (2018, p. 5) pondera:

É fundamental que se busquem soluções adequadas, constitucionalmente legítimas, para os conflitos, soluções estas que muitas vezes deverão ser consensuais. Basta ver o que se passa, por exemplo, nos conflitos de família. A solução consensual é certamente muito mais adequada, já que os vínculos intersubjetivos existentes entre os sujeitos em conflito (e também entre pessoas estranhas ao litígio, mas por ele afetadas, como se dá com filhos nos conflitos que se estabelecem entre seus pais) permanecerão mesmo depois de definida a solução da causa. Daí a importância da valorização da busca de soluções adequadas.

Assim, reforça-se o argumento de Grinover (2015, p. 1) ao ponderar acerca de uma justiça conciliativa, apontando que a pacificação não pode ser alcançada por meio de uma decisão heterocompositiva, uma vez que esta se presta a solucionar o conflito em face da sociedade, mas certamente não realiza a pacificação entre as partes.

Tal contexto se dá na medida em que os conflitos devem ser entendidos como um *iceberg*, no qual apenas uma parte da disputa – metaforicamente -, a ponta do iceberg, ou a denominada lide processual, é resolvida pela decisão judicial, enquanto a base do conflito, ficaria submerso e sem resolução. A esta parte, Grinover (2015, p. 2) denomina como conflito sociológico.

Assim como a metáfora acima descrita, também são os relacionamentos familiares vez que em muitos casos o que é demonstrado pelas partes é apenas o conflito aparente, traduzido na maioria dos casos em demandas judiciais. Apesar disso, um tratamento adequado do conflito familiar precisa prestar-se a compreender

as questões subjacentes, que geralmente traduzem-se em interesses, necessidades e sentimentos.

Para tanto, compreende-se a mediação como uma das formas adequadas de resolução de conflitos familiares. Tal ponderação é feita na medida em que muitos impasses podem ser solucionados a partir de uma comunicação de qualidade entre os indivíduos, tendo em vista que, conforme Barbosa (2015, p. 39), os conflitos familiares decorrem de uma inadequada comunicação, fazendo com que a mediação familiar seja um instrumento para esta condição, vez que tem como fundamento e objetivo a comunicação humana. Reforça-se, no entanto, que algumas situações familiares fazem necessária a intervenção judicial mais direta.

Ademais, a compreensão do que caracteriza o conflito é por muitas vezes algo nocivo, especialmente dentro do contexto familiar. Autores como Barbosa (2004, p. 37), no entanto, entendem que o conflito não é negativo, mas sim uma manifestação saudável para expressar a necessidade de transformação. Vasconcelos (2018, p. 1), por sua vez, entende também que “o conflito ou dissenso é fenômeno inerente às relações humanas. É fruto de percepções e posições divergentes quanto a fatos e condutas que envolvem expectativas, valores ou interesses comuns e contraditórios”.

Neste sentido, compreender os conflitos familiares como algo próprio da condição humana faz perceber a importância de tratá-los como algo natural, que pode ser utilizado para aprimorar as relações, e não para cerceá-las. Assim, faz-se fundamental compreender a essencialidade do estabelecimento de uma comunicação de qualidade para que se atinja este objetivo.

Desta maneira, a mediação familiar propõe-se a ser este instrumento, capaz de refinar a comunicação entre os sujeitos, e conseqüentemente melhorar a relação entre eles, fazendo com que seja possível uma solução autocompositiva para o litígio. Neste sentido, pondera Vasconcelos (2018, p. 1) que quando se compreende a inevitabilidade do conflito, somos capazes de desenvolver soluções autocompositivas.

Nesta mesma compreensão, Barbosa (2004, p. 27) entende a mediação familiar como: “Um método fundamentado, teórica e tecnicamente, por meio do qual uma terceira pessoa, neutra e especialmente treinada, ensina os mediandos a despertarem seus recursos pessoais para que consigam transformar o conflito.”

Assim, considerar a mediação familiar como um meio capaz de auxiliar os sujeitos a encontrar soluções para os próprios conflitos é dar a eles a autonomia necessária, tendo em vista as particularidades presentes em cada núcleo familiar.

Desta forma, conclui-se que a resolução dos conflitos familiares por meio da decisão judicial, tende a não ser adequada nestes conflitos, vez que a resposta judicial não permite aos sujeitos a resolução das questões subjacentes, intrínsecas a este tipo de relação.

Neste pensar, corrobora Dias (2016, p. 112)

A sentença raramente produz o efeito apaziguador desejado pela justiça, principalmente nos processos que envolvem vínculos afetivos, em que as partes estão repletas de temores, queixas e mágoas, sentimentos de amor e ódio se confundem. A resposta judicial jamais responde aos anseios de quem busca muito mais resgatar prejuízos emocionais pelo sofrimento de sonhos acabados do que reparações patrimoniais ou compensações de ordem econômica. Independentemente do término do processo judicial, subsiste o sentimento de impotência dos componentes do litígio familiar.

Assim, a mediação familiar, que tem como premissa a comunicação qualificada entre os sujeitos como meio para solução autocompositiva, dever ser levada em consideração tendo em vista as particularidades presentes nas relações familiares.

Ademais, dentro do estudo dos processos da mediação, vários são os modelos teóricos encontrados, tendo em vista as diferentes abordagens que cada modelo pretende realizar (PARKINSON, 2016, p. 64). Para tanto, cada construção teórica traz em si suas técnicas próprias que propõe-se a uma finalidade, qual seja, retomar a comunicação entre os sujeitos para que eles próprios possam solucionar o conflito, o que diferencia-se, no entanto, é a proposta de cada modelo, em que alguns são voltados ao acordo, enquanto outros focam na relação entre os sujeitos.

Assim, em seguida serão apresentados os modelos da mediação estruturada, transformativa e circular-narrativa como forma de demonstrar abordagens utilizadas para a resolução de conflitos, quando por fim, será apresentada a mediação ecossistêmica, a qual entende-se ser a teoria mais adequada para a resolução de litígios nos conflitos familiares.

2.1 MEDIAÇÃO ESTRUTURADA (MEDIAÇÃO DE HARVARD)

A mediação estruturada, ou também conhecida como mediação tradicional de Harvard é um modelo voltado ao acordo, na qual são utilizadas técnicas que permitem o foco na resolução das questões envolvidas, de forma que o mediador atue como terceiro facilitador utilizando técnicas que possibilitem a autocomposição.

Neste sentido, a mediação resolutiva propõe técnicas que facilitam o acordo, focando todos os esforços para esta finalidade, sendo assim um modelo em que a relação da partes não é o objetivo final, conforme corrobora Parkinson (2014, p. 65), ao apontar que “este modelo estabelece limites físicos e psicológicos que ajudam a conter as emoções das partes envolvidas, canalizando a energia para negociação e resolução de problemas”.

Tal abordagem foi desenvolvida por Fisher e Ury, pelo Projeto de Negociação de Harvard, e ficou conhecida como “Método de negociação baseada em princípios”, o qual, segundo Fisher e Ury (2005, p. 16) consiste em:

Decidir as questões partir de seus méritos, e não através de um processo de regateio centrado no que cada lado se diz disposto a fazer e a não fazer. Ele sugere que você procure benefícios mútuos sempre que possível, e que, quando seus interesses entrarem em conflito, você insista em que o resultado se baseie em padrões justos, independentes da vontade de qualquer dos lados. O método da negociação baseada em princípios é rigoroso quanto aos méritos e brando com as pessoas.

Assim, tal abordagem propõe, essencialmente, que as questões sejam resolvidas de maneira equilibrada, ou seja de forma que se busque ganhos para ambas as partes envolvidas no conflito. Para tanto, os autores preconizam que quatro premissas básicas devem ser utilizadas pelo mediador, são elas: i) separar as pessoas do problema; ii) foco nos interesses, e não em posições; iii) geração de opção de ganhos mútuos; e vi) utilização de critérios objetivos.

A primeira premissa consiste na necessidade de separar as pessoas do problema em questão, a fim de que, conforme Fisher e Ury (2005, p. 30) seja possível um resultado sensato, atingido de maneira eficiente e amigável.

Apesar disto, segundo Azevedo (2016, p. 74), a questão impeditiva para se chegar neste resultado é a dificuldade de muitos em ouvir com atenção o debatedor, desenvolvendo uma comunicação ativa que possa gerar colaboração, bem como compreendendo os sentimentos que o outro traz. Neste sentido, a proposta trazida por Fisher e Ury (2005, p. 37) é de que se ataque o mérito, e não os negociadores,

entendendo assim, que as pessoas envolvidas no litígio são seres humanos, com emoções, valores profundamente enraizados, diferentes antecedentes e pontos de vista, sendo assim, imprevisíveis. Por fim, a compreensão acerca desta premissa por estes autores é a de que “deixar de lidar com os outros de maneira sensível, como seres humanos propensos a reações humanas pode ser desastroso para a negociação”.

Ainda, o segundo princípio para a resolução por meio da mediação estruturada é o foco nos interesses e não em posições. De acordo com Parkinson (2014, p. 65), uma posição trata-se de uma declaração de uma determinada solução, enquanto o interesse são necessidades ou objetivos implícitos que podem ser alcançados, sendo estes passíveis de negociação. Fisher e Ury (2005, p. 66) ponderam que os interesses mais relevantes são as necessidades básicas humanas, sendo que algumas destas podem ser definidas como segurança, bem-estar econômico, sentimento de pertença, reconhecimento. Neste sentido, Parkinson (2014, p. 65) contextualiza trazendo como exemplo um litígio envolvendo alimentos, no qual a posição seria exigir um valor fixo e determinado, enquanto pleitear uma quantia que seja suficiente para custear uma moradia adequada seria um exemplo de interesse, tendo em vista a margem para negociação.

Para Fisher e Ury (2005, p. 60), conciliar os interesses e não as posições é eficaz pois para cada interesse geralmente existem mais de uma posição capaz de satisfazê-lo, assim como a partir da análise dos interesses é possível descobrir inúmeras soluções que podem atender as necessidades de ambas as partes. Fisher e Ury (2005, p. 60) ponderam ainda que a partir de um exame criterioso dos interesses implícitos, é possível perceber um número muito maior de interesses compatíveis do que opostos.

Neste sentido, dentro da mediação resolutiva, a função do mediador é perceber quais são as necessidades e reais interesses implícitos no discurso, -ou posição-, de cada um dos mediandos, especialmente considerando o grau de beligerância de cada situação, que segundo Azevedo (2016, p. 75) faz com que a posição manifestada muitas vezes não indique os verdadeiros interesses daquele indivíduo.

Ademais, este modelo também propõe a geração de opções de ganhos mútuos como uma premissa para a resolução do conflito, segundo a qual deve-se deixar de lado as crenças que indicam que apenas um resultado é possível, mas sim

deve-se colocar em pauta o maior número possível de soluções, sempre tendo em vista os interesses e necessidades de cada mediando. Por este ângulo, Azevedo (2016, p. 75) pondera que em razão do envolvimento emocional, os negociadores têm dificuldade em encontrar uma resolução eficiente, e que, conseqüentemente, a busca por uma única solução tende a reduzir possibilidade de uma solução comum.

Assim, propõe-se o chamado “*brainstorm*”, ou chuva de ideias, na qual a intenção é fazer com que os mediandos tenham o maior número de ideias possíveis para solucionar o impasse, buscando sempre uma das ideias basilares deste modelo, qual seja, o chamado “ganha-ganha”. Em conformidade com Parkinson (2014, p. 65), “o mediador ajuda as partes a procurar soluções chamadas “ganha-ganha” que satisfaçam o maior número possível das necessidades de cada um.”

Por fim, a última premissa da mediação estruturada é a utilização de critérios objetivos. Para Azevedo (2016, p. 75), este princípio favorece a resolução do impasse, pois permite a despersonalização do conflito, ou seja, retira-se a ideia de que o conflito existe por culpa da outra parte. Fisher e Ury (2005, p. 103), por sua vez, ponderam que é natural que em um impasse se encontre mais de um critério objetivo como base para um acordo, no entanto, faz-se necessário que tais critérios objetivos independam da vontade de qualquer dos lados, bem como que estes sejam legítimos e práticos. Tal conclusão traduz-se no que Fisher e Ury (2005, p. 103) entendem que seria um padrão justo da resolução do conflito.

A respeito dos conflitos familiares, Fisher e Ury (2005, p. 105) contextualizam exemplificando como se realizaria este princípio no âmbito dos litígios familiares:

Numa negociação de divórcio, por exemplo, antes de decidir qual dos dois ficará com a custódia dos filhos, os pais podem chegar a um acordo quanto aos direitos de visita, daquele que não a receber. Isto dará a ambos um estímulo para concordar com direitos de visita que os dois considerem justos.

Ademais, algumas ferramentas são utilizadas para, conforme Azevedo (2016, p. 234-241) estimular as partes a construir entendimento recíproco, são elas: recontextualização, audição de propostas implícitas, afago, silêncio, sessões privadas, inversão de papéis, normalização, geração de opções, organização de questões, teste de realidade, validação de sentimentos e enfoque prospectivo.

2.2 MEDIAÇÃO TRANSFORMATIVA

A mediação transformativa foi desenvolvida por Robert Bush e Joseph Folger, e tem como ponto central a compreensão de que os conflitos devem ser entendidos como oportunidade de crescimento e transformação, e não como problemas em si (BUSH e FOLGER, 2008, p. 129, tradução nossa).

Neste sentido, responder produtivamente aos conflitos significa usar as oportunidades que eles representam para mudar e transformar as partes como seres humanos. Além disso, significa também incentivar e auxiliar os adversários a usar o conflito para perceber suas qualidades intrínsecas, tanto em termos da força própria, quanto em relação aos demais. (BUSH e FOLGER, 2008, p. 131, tradução nossa)

Tal abordagem propõe que por meio do diálogo e da escuta, as partes obtenham novas visões sobre o impasse em questão, sendo, a partir disso, capazes de transformar suas percepções sobre o conflito. (PARKINSON, 2016, p. 68).

Neste sentido, de acordo com Parkinson (2016, p. 68), a mediação transformativa é uma abordagem que estimula as partes a conduzirem a mediação, em vez de se deixarem levar pela orientação do mediador. De igual maneira, Vasconcelos (2018, p. 194) pondera que esse processo evolui de forma autônoma e sem amarras, de forma que o mediador não é diretivo, “adotando, inclusive o afastamento ou o silêncio, quando percebe que os mediandos estão discutindo ou dialogando em sua linguagem natural”.

Apesar disso, este método traz algumas ferramentas para que o mediador possa ser um facilitador na comunicação entre as partes, até o ponto em que o diálogo flua naturalmente, são elas: verificação, espelhamento e resumo.

Para Vasconcelos (2018, p. 193), a verificação trata-se “do modo como o mediador pode obter a opinião dos mediando a respeito de como devem atuar no procedimento ou de como estão se sentindo a cada momento”. Ainda, tal verificação não se trata de um reenquadramento das afirmações, tendo em vista que a intenção desta abordagem é que o processamento da comunicação deve ser, de acordo com Vasconcelos (2018, p. 193) autêntico e natural, de modo que as emoções fluam livremente.

Ademais, outra ferramenta a ser utilizada pela mediação transformativa é o espelhamento. Para Vasconcelos (2018, p. 193), o espelhamento ocorre quando o mediador repete o que o mediando acabou de dizer, de modo a refletir a sua manifestação, confirmar o entendimento do mediador e possibilitar maior tempo de escuta ao outro mediando.

Ainda, outra ferramenta a ser utilizada é o resumo, que trata-se de um instrumento para clarificar os diálogos que vão ocorrendo (VASCONCELOS, 2018, p. 193). Assim, ele deve expressar o que cada parte apresentou, bem como serve para tornar novamente o foco para as questões centrais quando as partes perdem o direcionamento do diálogo. Ademais, Vasconcelos (2018, p. 193) pondera que, nesta abordagem, o resumo não deve ser utilizado para suavizar ou neutralizar as diferenças ou discordâncias.

Em termos gerais, com tais ferramentas e os fundamentos básicos já mencionados, a mediação transformativa propõe-se a realização de dois objetivos, a reavaliação e o reconhecimento. A reavaliação ocorre quando “as partes em disputa experimentam uma consciência mais forte do seu próprio valor pessoal e de sua capacidade para resolver o conflito, independentemente das restrições externas” (BUSH e FOLGER, 2008, p. 134, tradução nossa). O reconhecimento, por sua vez, se dá quando “as partes em disputa são capazes de reconhecer e mostrar-se sensíveis às qualidades humanas comuns da outra parte” (BUSH e FOLGER, 2008, p. 134, tradução nossa).

Neste mesmo sentido, Parkinson (2016, p. 69) pondera, de forma interpretativa, que estes dois objetivos a serem alcançados pela mediação transformativa seriam a capacitação e a sensibilização. Para esta autora, a capacitação promove a autonomia e empoderamento para que as partes tenham clareza sobre o conflito, e possam solucioná-los por si próprios, enquanto a sensibilização trata-se do incentivo para que as partes reconheçam perspectivas e sentimentos recíprocos, de modo a tornarem-se empáticos com relação às necessidades e interesses apresentados pela outra parte.

Além disso, a mediação transformativa tem também como ponto fundamental a liberdade para que as partes expressem suas emoções, de forma que é papel do

mediador estimular as partes a descreverem e dividirem com o outro seus sentimentos e os fatos que os geraram, a fim de que seja gerada a compreensão recíproca (PARKINSON, 2016, p. 69).

Ademais, diferentemente de outros modelos de mediação, esta abordagem valoriza a fala das partes sobre questões passadas, como forma de utilizá-las para situações futuras, nas palavras de Bush e Folger (1996 citado por PARKINSON, 2014):

Se a história do conflito for encarada como um mal que deve ser esquecido, perder-se-ão oportunidades importantes para conferir capacitação e sensibilização às partes. Rever o passado pode revelar escolhas que foram feitas, soluções que estavam disponíveis e possíveis pontos-chaves para se chegar a um acordo. Rever o passado pode conduzir uma reavaliação do presente.

Para tanto, faz-se necessário apontar que a mediação transformativa tem como foco principal a relação entre as partes, e não o acordo em si. Desta forma, este modelo define que o sucesso na mediação se dá quando verificada a presença de responsabilidade e sensibilização das partes, ainda que de forma sucinta, para o “fortalecimento pessoal, para a compreensão e compaixão de cada um” (PARKINSON, 2014, p. 71).

Assim, Folger e Bush (2008, p. 129, tradução nossa) entendem que a mediação transformativa auxilia nas relações interpessoais na medida em que permite que as pessoas envolvidas em um impasse possam ter a compreensão de que o conflito é uma oportunidade de transformação para as partes.

2.3 MEDIAÇÃO CIRCULAR-NARRATIVA

A mediação circular narrativa foi desenvolvida por Sara Cobb, em 1995, e tem como premissa a comunicação circular, em que não só os elementos verbais importam, mas também os elementos para-verbais, como os gestos, movimentos corporais, etc. Assim, só é possível a comunicação quando se reconhece que esta não é um todo, mas sim um conjunto de vários fatores. (SCHABBEL e SILVA, 2016, p. 3).

De acordo com Parkinson (2014, p. 72), é possível conceituar este modelo como um processo de contar histórias, no qual a intenção é que as partes possam

expor as narrativas sob duas perspectivas: a compreensão mútua e a implicação própria naquele contexto.

Para Vasconcelos (2018, p. 185), a mediação circular tem como premissa a significância da “arte da conversa”, tida como um aprendizado transcendental, no qual é possível aprender e desenvolver-se a partir da narrativa de outros seres humanos. Compreende-se assim, que para esta abordagem a mediação é o processo da conversa entre as partes, que junto das ferramentas aplicadas, permite que a comunicação ocorra a partir de narrativas mútuas, construídas e desconstruídas.

Tais ferramentas são expostas por Vasconcelos (2018, p. 185), que pondera ser estas enunciativas, portanto, não taxativas e divididas em microtécnicas, minitécnicas, técnicas propriamente ditas e macrotécnicas.

As microtécnicas são aquelas aplicadas na fase inicial das narrativas e podem ser utilizadas no modo interrogativo ou afirmativo. De acordo com Vasconcelos (2018, p. 185), as perguntas informativas são utilizadas no modo interrogativo, a fim de obter esclarecimentos, enquanto as perguntas desestabilizantes são um instrumento para que os mediandos possam refletir sobre o conflito e a relação, compreender a totalidade do conflito como um sistema bem como assumir o protagonismo enquanto produzem novos questionamentos. Ainda, quando utilizado o modo afirmativo, é possível que se utilize como forma de reformular narrativas, ou seja, afirmar em outras palavras o que foi dito, utilizar da conotação positiva a fim de dar significado positivo à alguma fala, dar legitimação com a função de facilitar o padrão relacional entre as partes, bem como recontextualizar, ou seja, dar sentido mais abrangente ou diferente ao próprio problema.

Ainda, Vasconcelos (2018, p. 186) pondera sobre as chamadas minitécnicas, segundo o qual podem ser utilizadas sobre o procedimento como um todo em seus desdobramentos e contam com as ferramentas de externalização, resumo e equipe reflexiva.

A externalização trata-se de uma técnica pertinente à terapia familiar sistêmica em que várias sub-ferramentas são utilizadas. Dentre elas são utilizadas a condensação do problema, ou seja, a separação do problema como algo externo à família, ou a relação como um todo, a nominalização do problema a fim de não imputar culpa aos demais, mas sim compreender o problema como algo em si mesmo, a

separação do problema objetivo das questões das pessoas ou das relações, sendo esta uma continuidade das demais ferramentas, e por fim, a conotação negativa do problema, uma vez que esta técnica traz a luz a percepção de que o problema deve ser enfrentado, e não as pessoas em si.

Ademais, dentro das minitécnicas ainda podem ser nomeados o resumo e a equipe reflexiva, sendo que o resumo trata-se de uma utilização mais abrangente das microtécnicas já apresentadas, enquanto a equipe reflexiva refere-se à possibilidade de que uma equipe acompanhe o trabalho dos mediandos e do mediador, de forma a trazer reflexões sobre as narrativas, sempre diretamente ao mediador e nunca diretamente aos mediandos. (VASCONCELOS, 2018). Tal técnica foi criada pelo terapeuta norueguês Tom Andersen e é baseada na teoria do observador.

Ademais, a técnica seria o ponto principal da mediação circular, uma vez que, segundo Vasconcelos (2018, p. 188) tem como objetivo a construção de uma história alternativa desestabilizadora.

A macrotécnica, por sua vez, realiza-se com a convergência de todas as técnicas, tratando-se da mediação em si, em que as reuniões individuais são muito utilizadas. Vasconcelos (2018, p. 189), explica que “o encontro de mediação é composto da pré-reunião, primeira etapa da reunião conjunta, segunda etapa na forma de reuniões individuais, terceira etapa como reunião de equipe e quarta etapa como reunião de fechamento.

Com relação ao objetivo deste modelo, Suares (1996, p. 2, tradução nossa) pondera que a mediação circular está entre a mediação resolutiva e a mediação transformativa, pois preocupa-se tanto com a modificação das relações, quanto com a realização do acordo.

Por fim, faz-se necessário pontuar que o objetivo da mediação circular quando da utilização das técnicas mencionadas é possibilitar a desconstrução das narrativas iniciais acerca do conflito, possibilitando, por meio destes instrumentos a criação de novas narrativas do conflito, ou, a chamada “história alternativa desestabilizadora das histórias prévias” (VASCONCELOS, 2018, p. 188).

3 MEDIAÇÃO ECOSSISTÊMICA

A partir das perspectivas apresentadas acerca de cada modelo de mediação, notou-se que cada um deles tem em si suas peculiaridades, técnicas e limitações ao tratar do conflito. A exemplo disso, pondera-se sobre a mediação estruturada que encontra barreiras quanto a expressão de sentimentos e emoções pelas partes, fazendo deste um modelo que pode não ser a melhor opção para o tratamento de conflitos familiares. (PARKINSON, 2014, p. 67)

Ainda, a respeito do modelo transformativo, Parkinson (2014, p. 71) aponta que os indivíduos não buscam a mediação como meio para a transformação, e que desta forma, os mediadores não devem entender seu ofício como forma de transformar os mediandos, sob pena de estarem excedendo os limites éticos da mediação.

Assim, compreende-se que apesar da eficiência que as técnicas propostas pelos modelos anteriormente expostos, estas não podem ser utilizadas exclusivamente em todos os tipos de conflitos, tendo em vista as limitações que apresentam. Sob tal perspectiva, Parkinson (2014, p. 76) aponta que estes modelos não permitem uma interação com outros sistemas e elementos, o que impede uma visão ampla das questões envolvidas.

A partir destes entendimentos, passa-se a apresentar o modelo ecossistêmico proposto por Lisa Parkinson, compreendendo-o como modelo teórico de mediação compatível com o tratamento de conflitos familiares.

Segundo Parkinson (2014, p. 76), tal método tem como referencial teórico a teoria dos sistemas, partindo da premissa que a mediação familiar precisa estabelecer relação com outros saberes, não mantendo-se restrita aos elementos de somente uma área de conhecimento ou mesmo de um modelo de mediação. Assim, a mediação ecossistêmica trata-se de uma abordagem essencialmente multidisciplinar e interdisciplinar.

Sobre o tema, Barbosa (2015, p. 44) entende que a mediação é um conhecimento transdisciplinar e interdisciplinar, na medida em que a transdisciplinaridade refere-se à convivência harmoniosa e solidária entre os diferentes saberes, enquanto a interdisciplinaridade seria a construção, por meio do diálogo entre diferentes conhecimentos. Assim, Barbosa (2015, p. 44) entende que “a mediação é um conhecimento interdisciplinar, cuja prática produz conhecimento transdisciplinar”.

Por esta mesma perspectiva, o entendimento de Parkinson (2014, p. 76) ao desenvolver a mediação ecossistêmica é que para conceder um tratamento de qualidade à organização familiar, esta não pode ser analisada sob pequenas partes, e sob à luz de saberes isolados. Assim, faz-se necessário reconhecer que vários sistemas influenciam no contexto familiar, e que esta compreensão permite que o mediador seja capaz de identificar elementos que são essenciais para a resolução do conflito.

Ademais, Parkinson entende que o reconhecimento de que há vários sistemas que influenciam no contexto familiar, facilita a mediação, uma vez que o mediador se torna capaz de identificar fatores sociais e legais que são importantes para a resolução do problema. (Parkinson, 2014, p. 76).

Neste sentido, Parkinson (2014, p. 77) pondera que este modelo é bastante adequado para disputas de família, uma vez que a partir da percepção de que vários fatores influenciam no contexto familiar, permite que outros membros da família sejam incluídos na mediação, direta e indiretamente.

Ainda, com relação aos filhos, esta abordagem incentiva os pais a considerarem o ponto de vista destes como se fossem seus, a fim de que seja preservado o melhor interesse da criança e mantendo saudável a relação entre pais e filhos.

Ademais, a mediação ecossistêmica propõe-se a incluir demais sujeitos do contexto familiar, se necessário, conforme pondera Parkinson (2014, p. 78):

A mediação ecossistêmica visa ajudar os casais, especialmente os pais, e se necessário, outros membros da família (filhos, avós, padrastos, filhos adultos) – a trabalhar juntos para que possam conduzir as mudanças necessárias. Os membros da família são ajudados a se comunicar uns com os outros para que possam, conjuntamente, tomar decisões durante o período crítico de transição e de reajuste que estão vivendo.

Assim, esta abordagem permite uma compreensão da vida familiar como um todo, considerando todos os envolvidos e todas as situações que possam influenciar para a retomada de uma comunicação adequada e por consequência, a resolução das questões em impasse. Neste sentido, além dos membros familiares já apontados, a mediação ecossistêmica também acolhe os novos arranjos familiares, levando em

consideração que novos parceiros e filhos de outros relacionamentos também exercem influência sobre as decisões a serem tomadas (PARKINSON, 2014, p. 78).

Para tanto, a mediação ecossistêmica propõe a utilização do chamado “ecograma” que permite a descrição do modelo familiar, de modo a permitir que o mediador compreenda como se dão as relações entre os mediados e outros possíveis membros. Assim, Parkinson (2014, p. 81) considera que a primeira tarefa do mediador é “traçar um mapa, literal ou verbal, da família na sua forma atual, segundo a perspectiva de cada um deles”.

Neste sentido, a autora pondera que o econograma é uma versão modificada do chamado genograma, que trata-se de uma ferramenta clássica na terapia família, e tem como premissa o tratamento das “famílias em transição”. (Parkinson, 2014, p. 81).

Tal técnica permite uma exposição visual do panorama familiar, o qual pode auxiliar, por exemplo, na percepção de que quando um vínculo conjugal se rompe, isto não significa um rompimento do vínculo parental, permitindo que “os fios desconexos do fim do relacionamento precisam ser desembaraçados para que estes se conectem como pais” (PARKINSON, 2014, p. 82).

Ademais, faz-se relevante apontar os princípios que regem a abordagem ecossistêmica. Inicialmente, Parkinson (2014, p. 84), pondera acerca da essência da mediação, qual seja, ser instrumento na facilitação da comunicação entre as partes, de modo a possibilitar que estas possam reestabelecer um diálogo de qualidade. Neste sentido, trata-se de uma maneira de auxiliar os participantes a “saírem da sombra do tribunal ao alcançar suas próprias decisões acordadas.”

Outra premissa presente nesta abordagem, de acordo com Parkinson (2014, p. 84) é a de que “uma família separada é ainda assim uma família” de modo que a mediação ecossistêmica propõe-se a auxiliar as partes a compreenderem os interesses e necessidade uns dos outros, mesmo após o rompimento de algum dos vínculos.

Ainda, este modelo prevê o incentivo e auxílio às partes a fim de que possam negociar problemas práticos, tais como questões financeiras ou habitacionais, por exemplo, de modo que os mediados possam valorizar, cooperar e apoiar-se mutuamente (PARKINSON, 2014, p. 84).

Por fim, de forma a retomar as questões levantadas no início deste tópico, faz-se necessário pontuar que a mediação ecossistêmica tem como premissa a

capacidade de enquadrar diferentes modelos, teorias e sistemas, de forma a adequar as necessidades que um conflito familiar pode demandar. Assim, esta é capaz de englobar ferramentas utilizadas nos três modelos de mediação trazidas anteriormente, como forma de atender estas necessidades.

Tais necessidades provêm da complexidade intrínseca aos indivíduos que pertencem ao sistema familiar, e que não podem ser compreendidos de forma única, mas sim à luz de todo o sistema que os envolve.

Apesar disto, ao conceber a mediação ecossistêmica, Parkinson (2014, p. 95) aponta os limites deste método autocompositivo:

A mediação tem como objetivo ajudar os participantes a chegar a decisões consensuais e a resolver conflitos. Embora seja irrealista esperar que um breve processo possa resolver sentimentos profundos de raiva e de dor ocasionados pelo fim do relacionamento.

Neste pensar, a autora pondera que a mediação ecossistêmica não se trata de uma forma de aconselhamento ou psicoterapia, mas sim de um instrumento que permite que as partes compreendam-se mutuamente em busca de uma solução consensual por meio da comunicação:

Cabe lembrar que a mediação não oferece aconselhamento ou psicoterapia. No entanto, ela permite que as partes trabalhem determinadas questões para chegar a um acordo, permitindo às partes ouvir um ao outro, talvez pela primeira vez depois de um longo período sem comunicação (PARKINSON, 2014, p. 95)

Passadas tais compreensões, faz-se necessário apontar que os modelos de mediação anteriormente apresentados, apesar de suas ricas ferramentas, se utilizados individualmente, podem não resultar em uma mediação integrativa que apanhe as complexidades do sistema familiar.

Desta forma, Parkinson (2014, p. 96) pondera que a mediação ecossistêmica tem como premissa a flexibilidade de que se utilize de ferramentas de todos os modelos aqui apresentados, a depender da necessidade do caso concreto. Sobre isto Parkinson argumenta:

Dizemos que um quadro teórico ideal para a mediação integra elementos da mediação estruturada, da mediação transformadora e da mediação narrativa por meio de uma abordagem sistêmica. A única estrutura que é capaz de englobar e integrar todos estes elementos de uma forma dinâmica e flexível é a chamada mediação ecossistêmica. (PARKINSON, 2014, p. 96)

Assim, compreende-se ser a mediação ecossistêmica capaz de integrar todas as ferramentas necessárias, utilizando técnicas advindas de outros modelos teóricos a fim de seja possível adequar o procedimento da mediação a cada caso concreto. Ademais, a mediação ecossistêmica mostra-se flexível e aberta à presença de outros conhecimentos para que, por meio da interdisciplinaridade seja possível buscar a resolução das questões por meio de um acordo eficiente.

Compreende-se assim, em conformidade com a perspectiva de Parkinson (2014) que a mediação ecossistêmica trata-se de um modelo que tende a ser o mais adequado para a resolução de conflitos familiares, uma vez que por meio das ferramentas e conhecimentos aplicados, possibilita abarcar a complexidade da controvérsia e das relações como um todo, aplicando à ela ferramentas e conhecimentos diversos para sua efetiva resolução.

4 A MEDIAÇÃO FAMILIAR E A EXPERIÊNCIA DO NÚCLEO DE CONCILIAÇÃO DAS VARAS DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE CURITIBA

Com o objetivo de concretizar o princípio do acesso à justiça, o Núcleo de Conciliação das Varas de Família e Sucessões foi criado em 2003 pela Desembargadora Joeci Machado Camargo, junto ao Projeto Justiça no Bairro. O projeto tem como propósito promover práticas que garantam à população uma resposta jurisdicional mais célere e eficaz, desdobrando-se em três projetos, quais sejam: Projeto Justiça no Bairro, Polos de Conciliação e Núcleo de Conciliação das Varas de Família.

No tocante ao Núcleo de Conciliação das Varas de Família, este tem como objetivo a realização das audiências de mediação previstas pelo Código de Processo Civil, em seu art. 334.

Assim, tendo em vista as considerações já apresentadas, atinentes às políticas públicas de adequado tratamento de conflitos, bem como da utilização da mediação familiar, passa-se agora a apresentação de dados coletados pelo mediador Ériko Rego Toth, especialmente durante o segundo semestre de 2018, no Núcleo de Conciliação das Varas de Família e Sucessões de Curitiba, sob a coordenação do Juiz de Direito André Carias de Araújo.

Inicialmente, com relação ao propósito da mediação, que tem como premissa o empoderamento dos indivíduos, a realização das audiências mostrou-se efetiva em 97,05% dos casos em que os jurisdicionados responderam que ficaram satisfeitos ou muito satisfeitos quanto à sua participação e iniciativa na tomada de decisões. (ARAÚJO, 2018; TOTH, 2018)

Quanto ao objetivo da mediação em reestabelecer a comunicação entre as partes, a fim de que estas possam sentir-se responsáveis pela resolução do conflito, os dados levantados demonstram que em 85,29% dos participantes apontaram como boa ou muito boa a retomada da comunicação durante a mediação. (ARAÚJO, 2018; TOTH, 2018)

No tocante à satisfação das pessoas atendidas, tendo em vista a possível efetividade das soluções pactuadas, 88,24% dos jurisdicionados consultados

acreditam que serão satisfatórios ou muito satisfatórios os resultados obtidos com a mediação. Assim, de acordo com Toth (2018, p. 30), é possível aduzir a partir de tal resultado que “a irresignação ou inconformidade do acordo homologado é muito baixo, o que evita que essas pessoas voltem a discutir tais questões (em sede de revisional ou execução)”.

Além disso, a pesquisa demonstrou que 88,23% dos usuários apontaram que a abordagem durante as audiências de mediação permitiu ultrapassar a superficialidade das questões, possibilitando o entendimento de necessidades e interesses entre as partes. (ARAÚJO, 2018)

Por fim, relevante mencionar que o Núcleo de Conciliação das Varas de Família conta com o suporte da equipe de Psicologia, mediante o convênio firmado entre o Projeto Justiça no Bairro e a Universidade Positivo (ARAÚJO, 2018, p.11). Ademais, importante também apontar que no período em que foram realizadas as pesquisas, eram promovidos por este Núcleo além das audiências, a realização de círculos restaurativos e Oficinas de Parentalidade.

Desta forma, os dados permitem concluir que a mediação se trata de uma forma adequada de resolução de conflitos familiares, especialmente no que diz respeito a sua capacidade de incentivar as partes a buscarem soluções conjuntas por meio do reestabelecimento da comunicação. Assim, a partir das técnicas empregadas, bem como da interdisciplinaridade permitida por meio da atuação da equipe de psicologia, nota-se a concretização de algumas das premissas apresentadas por Lisa Parkinson ao ponderar sobre a necessidade de uma mediação ecossistêmica. Compreende-se, no entanto, que algumas propostas desta autora, como por exemplo, a participação de demais entes familiares nas mediações encontram limitações no Poder Judiciário.

Apesar disso, é possível a aplicação da mediação ecossistêmica dentro do Judiciário, ainda que de forma mais restrita, como exemplo, partindo da utilização dos econogramas de forma escrita ou verbal. Ademais, a utilização de diferentes ferramentas advindas de diferentes modelos teóricos também é possível dentro de tais audiências.

Para tanto, compreende-se que se faz necessária que a formação dos mediadores judiciais abranja tais conhecimentos, ou seja, uma capacitação que permita o conhecimento da mediação ecossistêmica, assim como das peculiaridades presentes nas relações familiares. Além disso, para que a utilização de tal abordagem dentro do Judiciário seja possível, é de suma importância o suporte de outras áreas de conhecimento, a exemplo da psicologia.

Ademais, passado tais apontamentos, conclui-se dos dados apresentados que a atuação do Núcleo de Conciliação das Varas de Família de Curitiba durante o período avaliado, permitiu a efetivação das diretivas apresentadas pela Resolução 125 do CNJ, bem como da concretização do princípio constitucional de acesso à justiça, nos termos anteriormente tratados por este trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Demonstrou-se por meio deste estudo que os conflitos são inerentes à condição humana, e deste modo, intrínsecos também às relações familiares fazendo-se assim necessário adequar formas de solucionar tais controvérsias, de modo que estas sirvam como aprimorar as relações, e não para cerceá-las.

A partir disso, o trabalho propôs-se a apresentar diferentes formas de resolução de conflitos, como forma de demonstrar que as soluções heterocompositivas advindas das decisões judiciais são apenas uma das maneiras que se prestam a solucionar litígios.

Neste sentido, compreendeu-se que o acesso à justiça, ou, o acesso à ordem jurídica justa, ensinado por Kazuo Watanabe, tem como premissa a disponibilização pelo ordenamento jurídico de meios para que os cidadãos possam ter tratamento para os conflitos por diferentes vias, não somente por meio das decisões judiciais.

Tal perspectiva demonstrou-se relevante na medida em que as novas concepções sobre o conflito apontam que se faz necessária a superação da cultura da sentença estatal, a fim de que se dê lugar à cultura da pacificação (LEVY, 2013, p.). Esta compreensão também foi possível à luz das lições de Ada Pellegrini Grinover, ao argumentar que a sentença estatal presta-se a solucionar a lide processual, mas não a lide sociológica.

Assim, foi apresentado um panorama a respeito do ordenamento jurídico brasileiro, que especialmente a partir da Resolução 125/2010 do CNJ passou a conceder maior relevância a tais entendimentos, de forma a preceituar práticas a fim de que se estabeleça uma Política Judiciária de adequada resolução de conflitos. Neste mesmo sentido, apresentou-se as características presentes no Código de Processo Civil de 2015, que tem como princípio as soluções consensuais, bem como a Lei de Mediação (13.140/15) e a Lei de Arbitragem (13.129/15).

Ademais, apresentou-se a importância dessas considerações dentro do contexto dos conflitos familiares, nos quais, as questões subjetivas, sejam elas sentimentos, interesses ou necessidades demonstram-se muito presentes, haja vista a importância que a família representa na vida dos indivíduos.

Desta forma, considerou-se que as decisões judiciais tendem a não ser as mais adequadas nos conflitos familiares, em conformidade com as ponderações trazidas, especialmente sob as considerações de Araújo (2018), Câmara (2018) e Dias (2009).

Assim, a partir das premissas construídas ao longo do estudo, considerou-se a mediação como uma das formas adequadas de tratamento de conflitos familiares, tendo em vista que um dos fatores que levam a estas disputas é a comunicação inadequada entre as partes (BARBOSA, 2015, p.)

Sendo assim, compreendeu-se a mediação como um instrumento qualificado para aprimorar a comunicação entre as partes, possibilitando o reestabelecimento do diálogo e por consequência, a resolução do conflito. Ademais, foi possível concluir que tal método, por permitir uma solução autocompositiva, promove maior autonomia entre as partes, o que tende a construir acordos mais efetivos, que possibilitem a pacificação entre as partes.

Ademais, a partir da exposição das diferentes escolas de mediação, questionou-se se as tratativas por meio da mediação seriam eficientes se utilizada somente a perspectiva de um dos modelos teóricos apresentados.

Neste sentido, concluiu-se, que em função da complexidade dos conflitos familiares, proveniente da subjetividade de cada indivíduo envolvido, bem como da continuidade de vínculos presentes nestas relações, o modelo de mediação a ser utilizado deve ser aquele em que esteja presente a multidisciplinariedade e a interdisciplinaridade capazes de utilizar de diferentes saberes para a realização da mediação. Ademais, percebe-se ser necessário um modelo teórico flexível, que

permita a adesão de ferramentas necessárias de todos os modelos descritos por este estudo.

Tal modelo, de acordo com as ponderações anteriormente realizadas trata-se do modelo ecossistêmico, proposto por Lisa Parkinson, no qual faz-se possível a utilização de ferramentas de todas as abordagens apresentadas – mediação estruturada, transformativa e circular-narrativa, bem como leva em consideração todas as particularidades que envolve cada família, como forma de adequar tais ferramentas. Além disto, tal abordagem entende a mediação como interdisciplinar e transdisciplinar, à luz da compreensão de que várias fontes de conhecimento são necessárias para que os litígios familiares sejam solucionados de forma eficaz.

Desta forma, conclui-se que as considerações realizadas por este trabalho, bem como os dados apresentados, relativos ao Núcleo de Conciliação das Varas de Família de Curitiba, permitem entender a relevância da mediação como forma adequada de resolução dos conflitos familiares, possibilitando ainda a compreensão da importância da utilização de uma abordagem adequada, qual seja, a abordagem ecossistêmica, que possibilite o enquadramento de diferentes ferramentas e saberes para a efetiva resolução de conflitos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, André Carias de. Métodos Autocompositivos de Resolução de Conflitos Familiares: A experiência do Núcleo de Conciliação das Varas de Famílias e Sucessões de Curitiba. Curitiba, 2018.

BARUSH, Robert Bush e FOLGER, Joseph P. La promessa de mediación, 1ª ed. 1ª reimp.- Buenos Aires: Granica, 2008.

BARBOSA, Águida Arruda. Mediação Familiar interdisciplinar/ Águida Arruda Barbosa. – São Paulo: Atlas, 2015.

BRAGA NETO, Adolfo. Mediação de conflitos: princípios e norteadores. Revista da Faculdade de Direito UniRitter, Porto Alegre, n. 11, p. 29-46, 2010.

BRASIL. Código de Processo Civil. Lei nº 13.105, de 16 de Março de 2015. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm> Acesso em: 10 nov. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Resolução 125 de 29/11/2010. Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesse no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=156>> Acesso em: 10 nov.2019.

BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Azevedo, André Gomma de (Org.). Manual de Mediação Judicial, 6ª Edição (Brasília/DF; CNJ), 2016

BRASIL, CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Relatório Justiça em Números 2019. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/conteudo/arquivo/2019/08/justica_em_numeros20190919.pdf>

BRASIL. Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015. Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997. Diário Oficial da União, Brasília/DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13140.htm Acesso em: 10 nov. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.129, de 26 de maio de 2015. Altera a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, e a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para ampliar o âmbito de aplicação da arbitragem e dispor sobre a escolha dos árbitros quando as partes recorrem a órgão arbitral, a interrupção da prescrição pela instituição da arbitragem, a concessão de tutelas cautelares e de urgência nos casos de arbitragem, a carta arbitral e a sentença arbitral, e revoga dispositivos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília/DF. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13129.htm> Acesso em 10 nov. 2019.

CÂMARA, Alexandre Freitas. O novo processo civil brasileiro/ 4. Ed. Ver. E atual. – São Paulo: Atlas, 2018.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. Acesso à justiça. Tradução: Ellen Gracie Northfleet, Porto Alegre: Fabris, 1988, p. 11-13.

DIAS, Maria Berenice. Manual de direito das famílias. livro eletrônico/ Maria Berenice Dias, 4. ed – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016. 3,03 Mb; PDF

FISHER, Roger e URY, William; Como chegar ao sim – *Getting to yes*. 2ª Ed. Rev e amp. – Rio de Janeiro: Imago Ed., 2005. Tradução: Vera Ribeiro e Ana Luiza Borges

FOLGER, Joseph P. La Mediación Transformativa: La Preservación del Potencial Propio de la Mediación en Escenarios de Disputas. Disponível em: <http://revistademediacion.com/wp-content/uploads/2013/06/Revista-Mediacion-02-02.pdf>. Acesso em: 15 out. 2019.

GRINOVER, Ada Pellegrini. O Novo Código de Processo Civil: questões controvertidas / Vários autores. – São Paulo: Atlas, 2015.

GRINOVER, Ada Pellegrini, WATANABE Kazuo, NETO, Caetano Lagrasta. Mediação e gerenciamento do processo revolução na prestação jurisdicional: guia prático para a instalação do setor de conciliação e mediação. 3. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2013.

GROENINGA, Giselle Câmara. Direito à convivência entre pais e filhos: Análise interdisciplinar com vistas à eficácia e sensibilização de suas relações no Poder Judiciário. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo – São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2131/tde-22082012-152003/publico/Giselle_Groeninga_Tese.pdf> Acesso em: 10 nov. 2019

HERINGER, Mauro Brant. Política Judiciária Nacional: Resolução n. 125/2010 do CNJ e sua efetividade como política pública para redução da judicialização dos conflitos. Rio de Janeiro, 2012. Dissertação (Mestrado Profissional em Poder Judiciário). FGV, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em:<<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/9791/Mauro%20Brant%20Heringer.pdf>> Acesso em: 12 nov. 2019.

LEVY, Fernanda Rocha Lourenço. Cláusulas escalonadas: a mediação comercial no contexto da arbitragem. São Paulo: Saraiva, 2013.

NETO, Adolfo Braga. Mediação de conflitos: princípios e norteadores. Revista da Faculdade de Direito UniRitter, Porto Alegre, n. 11, p. 29-46, 2010.

PARKINSON, Lisa. Mediação familiar. Belo Horizonte: Del Rey, 2014.

SCAVONE Junior, Luiz Antonio. Manual de arbitragem: mediação e conciliação / Luiz Antonio Scavone Junior. – 8. ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Forense, 2018.

SILVA, Carolina Marques Castro e SCHABEL, Corinna Margarete Charlotte – Vantagens do Método Circular – Narrativo aplicado à mediação empresarial – Disponível em: <<http://www.carolmarquez.com.br/wp-content/uploads/2016/12/vantagens-do-metodo-circular-narrativo-aplicado-a-mediacao-empresarial-1.pdf>> Acesso em: 10 out. 2019.

SUARES, Marínés – Conducción de disputas, comunicación y técnicas, Paidós – 1996 Disponível em <<https://pt.scribd.com/doc/50353082/MARINES-SUARES-COMUNICACION-Y-TECNICAS>> Acesso em: 15 nov. 2019

SUTER, José Ricardo; CACHAPUZ, Rozane da Rosa. A mediação como instrumento fortalecedor do acesso à justiça e da democracia na resolução de conflitos familiares. Scientia Iuris, Londrina, v. 21, n. 2, p. 237-261, jul. 2017. DOI:10.5433/2178-8189.2017v21n1p237. ISSN:2178-8189.

SPENGLER, Fabiana Marion. Os Novos Meios de “Ser Família” no Brasil e a Mediação Familiar. (RE) Pensando o direito, Editora Unijuí. Ano 1, 2011 – p. 159 – 184.

TARTUCE, Fernanda – Mediação nos conflitos civis – 4. ed., re., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO: 2018.

TOTH, Ériko Rego. Os meios autocompositivos como vias de repersonalização da prática judiciária nos conflitos familiares. 36 p. Trabalho Acadêmico - Artigo – Direito, Pontifícia Universidade Católica, Curitiba/PR, 2018/ 7. nov.

VASCONCELOS, Carlos Eduardo de – Mediação de conflitos e práticas restaurativas/Carlos Eduardo de Vasconcelos. – 6.ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018.

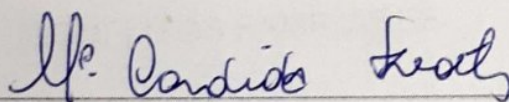
WATANABE, Kazuo – Políticas Públicas do Poder Judiciário Nacional para tratamento adequado dos conflitos de interesses. Disponível em: <<https://www.tjsp.jus.br/Download/Conciliacao/Nucleo/ParecerDesKazuoWatanabe.pdf>> Acesso: 10 out. 2019

TERMO DE APROVAÇÃO

JULIA EMANUELE FERREIRA

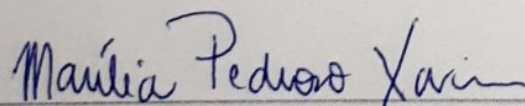
A MEDIAÇÃO ECOSISTÊMICA COMO FORMA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS FAMILIARES

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

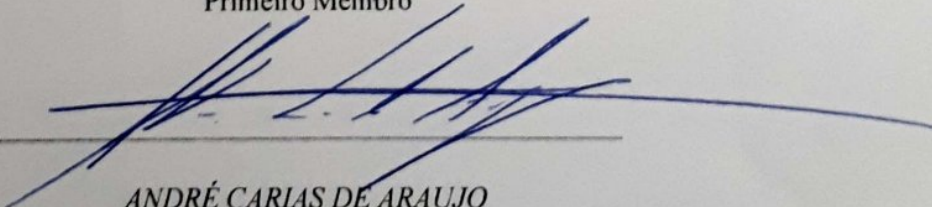


MARIA CÂNDIDA PIRES VIEIRA DO AMARAL
KROETZ
Orientador

Coorientador



MARÍLIA PEDROSO XAVIER
Primeiro Membro



ANDRÉ CARLAS DE ARAUJO
Segundo Membro